



| **TEXTO BASE** |



**PLENÁRIA
ESTATUTÁRIA
14 E 15 DE OUTUBRO
DE 2021**



**EM DEFESA DA
DEMOCRACIA,
DO SUS,
DO TRABALHO
E RENDA.**



CNM/CUT BRASIL
CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
METALÚRGICOS

TEXTO BASE
PLENÁRIA ESTATUTÁRIA D@S METALÚRGIC@S DA CUT

Em defesa da democracia, do SUS, do Trabalho e Renda.
| 14 e 15 de outubro de 2021 |



APRESENTAÇÃO

EM DEFESA DA DEMOCRACIA, SUS, DO TRABALHO E RENDA

Paulo Cayres | Presidente da CNM/CUT Brasil

A democracia, o SUS, o emprego e a renda devem ser defendidos em todas as nossas ações.

A democracia seria uma palavra pobre se não tivesse sido definida nos campos de batalha, nos quais tantos e tantas, homens e mulheres, lutaram por ela. O SUS é a principal ferramenta de defesa do direito à saúde do povo brasileiro e a sua dimensão e valorização ficou evidente na pandemia do Covid-19. A manutenção dos empregos e da renda deveria ser o foco de qualquer governo que respeitasse o estado democrático de direito, pois são condições mínimas para que trabalhadores e trabalhadoras tenham acesso a condições de vida digna, especialmente em um contexto de crise pandêmica.

O trabalho decente, o direito à saúde e a todas as condições de manutenção da vida não são dádivas e ou concessões; são frutos de uma história e de um estado permanente de muita resistência e luta da classe trabalhadora. A democracia brasileira, um dos temas da nossa plenária, é matéria de disputa e está suspensa desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Um golpe que impôs um estado predatório, que ataca direitos básicos, em especial contra os mais pobres, negros e negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+, toda a classe trabalhadora.

Defendemos a vida e, por isso, precisamos reverter o desmonte das políticas públicas iniciado com o governo usurpador de Temer e mantido e ampliado no governo Bolsonaro. Para isso, precisamos fortalecer a organização da classe trabalhadora, com base na soberania popular, de forma direta e indireta, exercendo a democra-

APRESENTAÇÃO

cia em todas as instâncias de poder. É pelo exercício da democracia, através da organização no local de trabalho, nos bairros, entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, formais ou informais, que avançaremos na defesa dos direitos humanos, sociais, civis e políticos.

A CNM/CUT aposta na pluralidade contra o ódio, no direito à diferença, contra todo tipo de preconceito e combate às desigualdades. Por isso, temos que nos opor ao capitalismo neoliberal e ao governo Bolsonaro, que intensificou a criminalização da organização das trabalhadoras e trabalhadores, que retirou a classe trabalhadora do orçamento público e que atua como representante do capital financeiro e das grandes corporações privadas nacionais e estrangeiras, levando à decadência a economia brasileira, aumentando o desemprego, o trabalho informal, colocando em risco a saúde e a democracia no país.

Assistimos à força soberana popular se levantar entre alguns países irmãos na América Latina, que têm buscado caminhos para resistir aos ataques e golpes das suas elites nacionais, em conluio com interesses internacionais, contra as democracias na nossa região. A narrativa golpista vem mascarada por pautas como o combate à corrupção, ao terrorismo, guerra às drogas, defesa do sistema financeiro e apequenamento do papel dos estados nacionais.

No entanto, a pandemia do Covid-19 escancarou a centralidade do papel do Estado na gestão dessa crise. A omissão do governo federal brasileiro é um crime que a história não conseguirá apagar.

A pandemia também evidenciou os valores democráticos como princípios da nossa Central e Categoria. Estamos organizados e organizadas em ações permanentes de solidariedade e direcionando nossa agenda de lutas para o diálogo com as nossas bases, apontando o papel do estado e suas responsabilidades com o emprego e a renda e com o SUS, o melhor “plano de saúde” do mundo, pois nasce fruto da luta dos movimentos sociais para ser universal e gratuito.

APRESENTAÇÃO

Nossa luta é pela defesa radical da democracia, pela democratização das relações de trabalho com a implantação das OLT's, pelo respeito à liberdade sindical, em constante ataque desde a Reforma Trabalhista e referendada nas MP's durante a pandemia.

Nossa luta é pela defesa do estado democrático de direito, que seja produto da classe trabalhadora, com políticas públicas inclusivas, empregos com direitos, distribuição de renda. Não aceitamos a naturalização da barbárie, do genocídio, da violência e do vale-tudo. Por isso, combatemos o fascismo que ameaça a nossa democracia, corrompe a unidade da classe trabalhadora e o estado democrático de direito. Queremos instituições reestruturadas, o aumento da transparência e de instrumentos de fiscalização e participação popular.

A crise será enfrentada com mais vacina para todos, todas e todes, com mais participação popular, com mais ações coletivas e de solidariedade, fortalecendo as organizações da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Viva o SUS e Fora Bolsonaro!

ÍNDICE

1	CONJUNTURA	
	1.1 - Conjuntura Política Nacional	PÁG. 7
	1.2 - Conjuntura Política Internacional	PÁG. 12
	1.3 - Conjuntura Econômica Nacional	PÁG. 16
<hr/>		
2	EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO	PÁG. 23
<hr/>		
3	EIXOS DE ATUAÇÃO DA CNM/CUT	PÁG. 29
<hr/>		
4	BALANÇO DA GESTÃO	
	4.1 - Plano de Lutas 2019 - 2023	PÁG. 38
	4.2 - Balanço da gestão	PÁG. 38
<hr/>		
5	REGIMENTO INTERNO	PÁG. 52
<hr/>		
6	EXPEDIENTE	PÁG. 62

1. CONJUNTURA

1.1 - CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

O BRASIL EM MARCHA À RÉ

1. O Brasil segue sofrendo com o golpe de 2016, que marcou a ruptura com as políticas que promoviam avanços dos direitos sociais, com destaque para os ataques à Previdência Social, à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), à saúde e à educação, desferidos pelo governo golpista de Michel Temer. Com a precarização e redução dos investimentos públicos, por meio da chamada de PEC do teto de gastos, cerca de R\$ 30 milhões foram desviados do SUS, ou seja, um golpe nos fundos sociais através de uma política de austeridade.

2. Por outro lado, os bancos receberam de fundos especiais, e do próprio tesouro, cerca de R\$ 3 trilhões, deixando clara a proposta de privilegiar o rentismo. Trata-se de um ataque ao crescimento e desenvolvimento econômico e um alinhamento à hegemonia do capital financeiro.



3. Nesta nova geopolítica, vivenciamos os ciclos de crises econômicas, marcados pela guerra por recursos naturais, proteína vegetal e animal, pré-sal, água e por áreas para agricultura. Uma guerra guiada pela hegemonia estratégica dos Estados Unidos que vem levando o Brasil a uma relação de vassalagem em relação ao mundo e, em especial, aos EUA.

4. Para a implementação deste projeto caracterizado por um neoliberalismo radical e autoritário, foi preciso um ataque direto à democracia, materializado no golpe contra Dilma, complementado com a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, em 2018, marcada por fraudes judiciais e *Fake News*.

5. O atual governo é uma escolha política das elites para derrotar o projeto dos trabalhadores e da esquerda organizados. Essa escolha aprofundou as crises econômica e social que o país vinha enfrentando desde o golpe de 2016. A Pandemia tornou a situação do Brasil ainda mais dramática, à medida em que o governo federal, sistematicamente, negou e minimizou a letalidade e a gravidade da Covid-19, combatendo as medidas de isolamento social e ignorando as ofertas de vacinas de grandes laboratórios mundiais, deixando o país no final da fila em um mercado extremamente competitivo na compra de vacinas.

6. No Brasil a crise é marcada pelos seguintes eixos:

- Crise pandêmica;
- Crise social – desemprego e fome;
- Crise ambiental;
- Crise industrial – desindustrialização;
- Crise institucional: divisão do aparelho de justiça e disputa entre Lava Jato e STF;
- Crise das forças armadas;
- Crise no legislativo;
- Crise de narrativa.

7. Tratando especificamente do eixo sobre a disputa judicial, foi neste contexto que surgiu o movimento “Lula Livre!”, que envolveu muita resistência e organização popular através de vigílias e ações pelo mundo, como os comitês Lula Livre e o grande acampamento Lula Live, em Curitiba.

8. O acampamento protagonizou um fato histórico, pois durante os mais de 500 dias da prisão arbitrária de Lula, militantes mantiveram-se alojados ao redor da Polícia Federal solidarizando-se ao ex-presidente Lula, entoando “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”, denunciando ao mundo o crime contra Lula e contra a democracia brasileira.

9. Somado a este movimento, tivemos as escandalosas conversas vazadas entre procuradores da Lava Jato e Moro, comprovando que a prisão de Lula fez parte de um projeto político com o objetivo de impedir a vitória eleitoral de Fernando Haddad. Os vazamentos refletiram a vitória histórica de Lula no Superior Tribunal Federal (STF), com a anulação das suas condenações e com a suspeição de Moro nos processos. Este novo cenário possibilitou o retorno de Lula à disputa nas eleições de 2022 e poderá representar a ruptura deste projeto iniciado no golpe de 2016.

10. É preciso apontar outra dimensão da crise, a que envolve as forças armadas, pois os

militares também sustentam o governo Bolsonaro. O poder civil é quem deve comandar os militares e não o contrário. Mas, o que vivemos hoje é uma inversão. Precisamos denunciar o orçamento de 2021, que é calamitoso no que tange às despesas em programas sociais, mas extremamente servil aos militares, supervalorizados nesse orçamento.

11. Os militares devem cuidar de satélites, caças, da base de Alcântara, que precisa ser recuperada, da defesa nacional, da integração latino-americana e de temas que estão fora da agenda militar no governo. O Brasil de Bolsonaro tem como seu maior inimigo internacional a sua vulnerabilidade.

12. O parlamento também reflete uma crise: de um lado a submissão ao governo, representada pela eleição de Lira como presidente da Câmara dos Deputados e, do outro lado, aponta certo deslocamento do governo ao instalar tardiamente a CPI da Covid 19, após intervenção do STF.

13. A crise do monopólio midiático e as disputas entre os meios de comunicação hegemônicos estão dificultando a sustentação do discurso de “fim do PT”.

14. Trata-se de uma crise sistêmica, que agrega muitas dimensões, porém não é possível identificar uma resposta revolucionária. Afinal, não estamos em uma conjuntura de ascensão das massas organizadas, mas são as contingências da vida privada, enaltecidos pela pandemia, que estão levando o povo brasileiro a fazer uma escolha desmedida: morrer de Covid ou de fome.

15. Uma crise que desnudou o capitalismo, pois enquanto reina o desespero no seio da classe trabalhadora, alguns poucos seguem enriquecendo nessa Pandemia e ganhando dinheiro com essa crise.

16. No entanto, o governo Bolsonaro ainda tem apoio de cerca de 30% do eleitorado e os atos de 1º Maio, em defesa do governo, demonstraram este apoio. Mesmo que sejam em sua maioria milicianos, o governo possui maioria no Congresso e tem o suporte militar. Porém, o governo está na defensiva, seja pela diminuição da sua popularidade, seja por ter perdido o apoio de alguns setores econômicos e produtivos.

17. É latente que temos desafios a serem enfrentados. Precisamos centralizar esforços e dar ênfase em desgastar o governo Bolsonaro, ou seja, precisamos afirmar: o governo Bolsonaro é a crise, ele representa o desastre sanitário e a morte de milhares de pessoas.

18. Precisamos denunciar a imoralidade da elite parlamentar, que nesta Pandemia discute planos de privatizações e de austeridade orçamentária enquanto a prioridade deveria ser a manutenção da vida de brasileiros e brasileiras.

19. Como início desta estratégia, precisamos recuperar e formar uma frente de oposição, que no cenário com Lula faz aumentar a possibilidade de adensamento entre as pluralidades, ou seja, uma frente entre a esquerda, centro-esquerda e com setores progressistas que enfrentam o governo Bolsonaro. Precisamos de um polo de alianças que busca resgatar o respeito e a credibilidade no plano internacional e que não se encerra nas eleições, mas que sirva para fortalecer a organização nas bases, de maneira articulada aos movimentos popular e sindical.

20. Nesta frente, precisamos trazer bandeiras de lutas imediatas e que demandam ações políticas e sociais de mobilização:

- Vacina já para todos e todas;
- Defesa do auxílio emergencial de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia;
- Isolamento social enquanto estivermos em pandemia;
- Estratégias para enfrentar a fome.

21. Paralelamente, é preciso aprofundar o debate sobre um programa para recuperar o país, com eixos estratégicos que vislumbrem recuperar os direitos dos trabalhadores, a educação e a saúde no orçamento e defender uma Reforma Tributária que modifique a tabela de imposto de renda e que traga na pauta os impostos sobre as grandes fortunas.

22. Houve um desmonte dos direitos da classe trabalhadora. Cabe aos movimentos social e sindical desmontar o desmonte. Precisamos ser sinceros com o povo e pensar, juntamente com ele, um programa que gere mudanças e desenvolvimento com emprego, renda e justiça social.

23. Neste programa é fundamental contar com uma proposta de reformar o sistema judicial, que produz o *Lowfare*¹, assim como criar uma relação com as forças armadas, com a finalidade de diminuir a participação de militares no governo.

24. Também é crucial definir o papel do Estado como indutor da economia e, assim, escancarar a verdade sobre o capitalismo, assumindo nossa identidade socialista baseada

¹ Quando o direito é usado como arma de guerra contra adversários políticos.

na solidariedade, no humanismo, na distribuição de renda, no combate aos preconceitos, na luta contra as estruturas de opressão, o patriarcado e o racismo para reduzir o *apartheid* social vivido no Brasil.

25. O projeto da classe trabalhadora exige transformações profundas e radicais. Para a construção desse projeto, precisamos saber de onde viemos, para onde queremos ir e sermos claros e coerentes com o povo. Isso acontece enaltecendo nossa raiz, que é a luta de classes.

26. Temos que dialogar e conversar com a classe trabalhadora, fortalecer as organizações populares, mobilizar e investir em quadros políticos para que possamos ocupar a maioria do Congresso Nacional.

27. O movimento sindical possui a tarefa de reorganizar os trabalhadores, com modelos de organização que considerem as diversidades territoriais, baseados na horizontalidade e considerando os trabalhadores informais, das plataformas digitais, cujo resultado seja fruto da própria classe trabalhadora.

28. É preciso também dialogar com a pequena burguesia, que depende de financiamento e de políticas de crédito.

29. Entendemos que a vitória da democracia só de dará com o desgaste desse governo, o que deve culminar com a eleição de Lula e para assim encerrar o ciclo destruidor que nos foi imposto desde o golpe de 2016.

30. O movimento sindical possui papel central na construção deste novo cenário, pois foi uma das primeiras vítimas do golpe, com as reformas Trabalhista, Previdenciária e a criminalização dos sindicatos como instrumentos de organização dos trabalhadores e maiores representantes do embate entre capital e trabalho.

31. Para isso, nossos sindicatos metalúrgicos da CUT precisam de imediato estabelecer um diálogo ampliado com as demais categorias, para além dos muros das fábricas. Um diálogo efetivo com essa nova classe trabalhadora, formada por mais mulheres, negros, negras e juventude.

32. O programa que o movimento sindical precisa ajudar a construir deve ser mais corajoso e mais radical, pois é isso o que nova classe trabalhadora espera e precisa. Algo que escancare as raízes do capitalismo e que, verdadeiramente, cesse com esse Estado predatório para a classe trabalhadora.

1.2 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

33. A ascensão de governos e movimentos de extrema direita e fascistas pelo mundo acelerou e aprofundou o processo, já em curso, de criminalização dos movimentos sociais.

34. Esse fenômeno se tornou ainda mais frequente e preocupante depois da pandemia de COVID-19 onde, em busca de maximizar os lucros dos capitalistas, governos de direita e/ou alinhados com o ideário neoliberal vêm cortando conquistas históricas da classe trabalhadora e desmontando o sistema de proteção social dos países.

35. Em Portugal, na Espanha, na França e na Itália os movimentos sociais deflagraram massivas manifestações pela manutenção de seus direitos e contra o arrocho imposto pelas políticas neoliberais.

36. Nos EUA, o movimento sindical teve papel importante na eleição de Biden à presidência do país. Segundo os próprios sindicalistas norte-americanos, o governo tem acenado positivamente às pautas dos movimentos sociais, inclusive convidando líderes sindicais a comporem o governo.

37. Nos países da América Latina e Caribe, por conta de seu passado colonial, esse sistema de proteção social não foi completamente estruturado e universalizado, o que agrava ainda mais a situação da classe trabalhadora desta região. Em que pese em todo o mundo, o número de horas trabalhadas diminuiu durante a pandemia. A região da América Latina, particularmente, teve um número muito maior de demissões em comparação com os países centrais, segundo a OIT.

38. Mais de 180 milhões de crianças e adolescentes latino-americanos e caribenhos não puderam continuar seus estudos de forma remota por falta de acesso à internet e/ou falta de equipamentos durante a pandemia, o que causará um impacto social profundo.

39. O deslocamento forçado de milhares de pessoas (parte significativa de crianças desacompanhadas) por conta das sanções, guerras e crises impostas pelos países imperialistas na região, sobremaneira em Cuba, Venezuela, Haiti, Guatemala, Colômbia e Bolívia, dificulta o acesso dos refugiados à vacina e, somado a isso, a falta de residência ou trabalho os impossibilitam de fazer o isolamento social necessário para a contenção do vírus.

40. O nível de pobreza da região cresce vertiginosamente e diversos países sofrem com a insegurança alimentar e a fome. Organizações, como a CEPAL, estimam que houve um retrocesso de no mínimo vinte anos nos níveis de pobreza latino-americanos e caribenhos.

41. O abandono da estratégia de soberania e integração econômica regional, operado pelos diversos governos neoliberais que, através de fraudes eleitorais, golpes e manipulação midiática, tomaram o poder a partir da primeira década do século 21, fragilizou ou extinguiu a capacidade dos Estados nacionais de estimular sua economia nesse período de crise. Com essa posição subserviente ao capital transnacional monopolista financeiro, instituições, como o FMI, estimam que a atividade econômica pré-Pandemia da região, que já era draconiana para a classe trabalhadora, só será retomada em 2024.

42. O próprio FMI, seguindo o receituário neoliberal, sugere que os países da região façam reformas tributárias para desonerar empresas para aquecer a atividade econômica. A entidade sugere também que a região deve focar em sua “vocação” agroexportadora como forma de superar esse quadro de instabilidade econômica. Relatórios, declarações e estudos, que seguem essa visão oriunda do Consenso de Washington, são a causa principal dos problemas enfrentados na região, pois acelera o processo de desindustrialização e a perda de capacidade nacional de estímulo econômico e financiamento de políticas anticíclicas. Pelas características subalternas das elites regionais aos países imperialistas, pelas históricas violações dos direitos humanos, herdadas da economia baseada na exploração da mão de obra de escravizados somadas à chamada “vocação agroexportadora” também estimulam o desmatamento de reservas ambientais, perda da biodiversidade, assassinato dos povos originários, ribeirinhos e quilombolas.

43. Também é na região que está localizada o Brasil, que a política negacionista do governo Bolsonaro e a estratégia de espalhamento do vírus, como forma de imunização de rebanho, contrariando toda orientação científica mundial, possibilitaram a criação de 92 variantes da COVID-19, entre elas, a mais infectante mundialmente: a chamada P1. Como o Brasil faz fronteira com 10 dos 13 países da América do Sul, não tomou nenhuma ação para a contenção do vírus e rejeitou várias ofertas de compra de vacinas para imunizar sua população, a variante mais infectante espalhou-se pela região. O resultado da irresponsabilidade com a vida humana, operada pelo governo brasileiro, acarretou o fechamento parcial ou total das fronteiras dos países centrais para as pessoas vindas de “*nuestra América*”.

44. O Brasil, hoje, é considerado pária mundial, não somente por apostar no espalhamento do vírus, destruir a biodiversidade nacional ou proteger madeireiros e invasores de reservas indígenas, mas também pelas declarações “terraplanistas”, desvinculadas da realidade, mentirosas e cheias de teorias da conspiração de seu então Ministro das Relações Exteriores, que é motivo de espanto e chacota em todos os espaços em que a comunidade internacional se reúne.

45. Diante desse quadro de morte, fome, peste e guerra, a classe trabalhadora mundial e, em específico, de nossa região, vem resistindo e atuando fortemente, não só para afastar o receituário neoliberal, algo que significa a manutenção da vida biológica, mas também pelo desenvolvimento econômico, político e tecnológico necessário.

46. No Chile, além das vitórias eleitorais e políticas conquistadas no referendo para uma nova constituinte nacional, em que partidos, movimentos de esquerda e independentes são a maioria, houve uma greve geral sanitária demandando ações efetivas pela manutenção da vida e da renda do povo chileno.

47. No México, o movimento sindical conquistou a criação de uma legislação que cria a oportunidade de enterrar de vez os sindicatos pelegos e os chamados “contratos de proteção”, convenções coletivas de trabalho assinadas entre sindicalistas pelegos e empresas transnacionais sem a participação proletária, que são um dos principais instrumentos de ataque à democracia e fonte de desigualdades históricas da classe trabalhadora mexicana.

48. Na Argentina, os sindicatos conquistaram a possibilidade de influenciar na política habitacional do país, gerando condições dignas à população e movimentando a economia.

49. Na Bolívia, o retorno da ordem democrática, através da organização proletária, tem possibilitado um processo de reversão das políticas higienistas, operadas pelo governo golpista anterior, trazendo uma maior integração nacional, desenvolvimento social e se colocando como uma referência na articulação pela vida e cultura dos povos originários da região.

50. No Uruguai, a classe trabalhadora luta incessantemente para manter seus direitos conquistados diante de um governo claramente neoliberal, que foi eleito na última eleição, encerrando um longo período de governos populares.

51. Na Colômbia, apesar dos assassinatos e forte repressão cometidos pelas forças policiais a mando do governo de Ivan Duque, os movimentos sociais conseguiram

impedir, por ora, através de forte mobilização e uma greve geral, a votação de uma Reforma Tributária que teria um grande impacto econômico no orçamento da classe trabalhadora, aumentando os impostos e os preços de alguns itens essenciais. Os movimentos sociais continuam na resistência ocupando as ruas e mobilizando a população contra a política neoliberal e por melhores condições econômicas e políticas.

52. Apesar do bloqueio econômico criminoso imposto pelos EUA, Cuba segue sendo exemplo de medicina mundial e de gestão da crise sanitária causada pelo coronavírus, vacinando turistas e desenvolvendo suas próprias vacinas para, segundo o governo, distribuir gratuitamente aos países mais necessitados e pobres.

53. Outro exemplo de crime contra a humanidade nesse período pandêmico é a continuidade do também criminoso bloqueio econômico e o confisco dos recursos do povo venezuelano pelos países imperialistas. Sem poder acessar itens básicos para a manutenção da vida biológica, como antibióticos, alimentos e produtos de higiene, por conta do cerco do governo estadunidense (mesmo apelando diversas vezes para pretensas organizações dos direitos humanos como a ONU, sem até o momento receber uma resposta positiva às suas justas demandas), a Venezuela segue firme no combate ao vírus e pela soberania nacional, tão cerceada pelo chamado Grupo de Lima e as nações e blocos econômicos imperialistas.

54. Estes e tantos outros exemplos de resistência dos povos latino-americanos que não foram abordados nesta breve análise, como a resistência soberana do povo venezuelano, demonstram que a solidariedade internacional se coloca como central e urgente na agenda da classe trabalhadora. O sistema econômico, baseado na exploração do homem pelo homem, a exploração desmedida e predatória dos recursos naturais e as históricas desigualdades existentes entre os países do Norte e do Sul global, significam, hoje, mais do que nunca, um risco à manutenção da vida dos seres humanos no planeta Terra.

55. A CNM/CUT, através de sua Secretaria de Relações Internacionais, vem contribuindo nesta articulação proletária mundial, seja por meio da articulação direta com sindicatos internacionais, em organizações como IndustriALL Global Union, seja na elaboração de processos formativos com entidades sérias como FES, CILAS, DIEESE e DGB BW, ou mesmo participando em fóruns de debate e organizações internacionais da classe trabalhadora, através da organização em redes sindicais por empresas, assim como nos segmentos produtivos no campo ou nas cidades.

1.3 - CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

CRISE SANITÁRIA E ECONÔMICA PERSISTE E SE INTENSIFICA

56. As previsões para o PIB, em 2021, estão em 3,5%², insuficientes para compensar a queda de -4,1%, em 2020. A economia, que já não crescia após a crise aguda de 2014-2016, mantém-se em crise, apesar dos alardes da necessidade imperiosa de reformas trabalhista, previdenciária e da PEC de teto dos gastos. Nada melhorou, pelo contrário, os problemas se intensificaram.

57. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu -4,1% em relação a 2019, a menor taxa da série histórica calculada pelo IBGE, iniciada em 1996. Houve alta apenas na agropecuária (2,0%). Na indústria, a queda foi de -3,5% e nos serviços de -4,5%. Com a queda, o PIB do ano passado totalizou R\$ 7,4 trilhões. O PIB per capita alcançou R\$ 35.172, em 2020, apresentando retração de -4,8%, em termos reais (descontada a inflação), o maior recuo da série histórica.

58. A indústria, que recuou 3,5% no ano passado, teve o pior desempenho nas atividades de construção (-7,0%). A indústria de transformação também apresentou forte queda (-4,3%), puxada principalmente pela redução, em volume, do valor adicionado da fabricação de veículos automotores; de outros equipamentos de transporte, confecção de vestuário e metalurgia.

59. A taxa de investimento em 2020 foi de 16,4% do PIB, acima da observada em 2019 (15,4%), que tinha descido a um dos menores patamares da história. O discreto crescimento da taxa de investimentos ocorreu em decorrência do resultado negativo do PIB em 2020 e não em função de uma melhora dos investimentos.

² Segundo o Boletim Focus do Banco Central, elaborado com as medianas das expectativas do mercado, em 21/05/2021.

60. Reforçando a tendência dos últimos anos, a despesa de consumo das famílias recuou -5,5% em relação a 2019, principalmente por causa da degradação das condições do mercado de trabalho. A situação só não foi ainda pior, em função do Auxílio Emergencial que injetou R\$ 322 bilhões na economia, com destinação direta para o consumo. A despesa de consumo do governo, por sua vez, também recuou (-4,7%). Completando o quadro, no setor externo, as exportações de bens e serviços recuaram -1,8%, enquanto as importações de bens e serviços caíram -10,0%. A queda acentuada das importações é decorrência da forte redução da atividade industrial, do empobrecimento das famílias, da queda do consumo do governo e da desvalorização cambial.

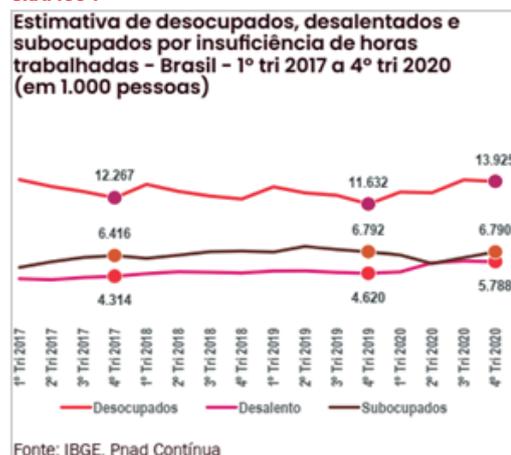
61. No mercado de trabalho, a piora foi generalizada e anterior à pandemia. A Reforma Trabalhista, a partir de 2017, prometeu a melhora do ambiente de negócios e a geração de milhões de empregos formais, inclusive com o contrato de trabalho intermitente, mas não foi o que aconteceu. O quadro do mercado de trabalho se agravou profundamente, com aumento do desemprego e da informalidade, queda da renda do trabalho e elevação geral da precariedade laboral.

62. No 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação estava em 11,8%. Dois anos depois, em 2019, o desemprego havia reduzido somente 0,8 ponto percentual e ficou em 11,0%. No 4º trimestre de 2020, a taxa de desocupação estava em 13,9%. Houve redução no número de desocupados entre o 4º trimestre de 2017 e o mesmo período de 2019, em 635 mil pessoas desocupadas. No entanto, no mesmo período, o número de desalentados e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas aumentou em 681 mil pessoas (Gráficos 1 e 2). Em 2020, o número de desocupados, desalentados e subocupados cresceu 3,5 milhões.

GRÁFICO 1



GRÁFICO 1



63. A taxa de desocupação ficou em 13,9% no 4º trimestre de 2020, a maior desde 2012. Eram 13,4 milhões de pessoas procurando trabalho no país. Enquanto a taxa de desocupação para os homens ficou em 11,9%, a das mulheres foi de 16,4%. Para os negros chegou a 17,2% e para aqueles com ensino médio incompleto atingiu 23,7%. O número de desalentados no 4º trimestre de 2020, pessoas que desistiram de procurar emprego por não acreditarem que vão encontrar uma vaga, alcançou 5,8 milhões de pessoas, alta de 16,1% em relação a 2019, o maior contingente da série anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

64. Os dados revelam uma piora em relação aos dois anos anteriores, em decorrência da paralisação de alguns setores, devido à pandemia de Covid-19. No ano passado, a população ocupada foi reduzida em 7,3 milhões de pessoas, chegando ao menor número da série anual desde 2012. O Brasil saiu, em 2019, de 93,4 milhões de ocupados(as) – o maior contingente da série histórica – para 86,1 milhões, em 2020.

65. Em um ano, o número de empregados(as) com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluindo trabalhadores domésticos) foi reduzido em 2,6 milhões de pessoas (-7,8%). O emprego doméstico, com 4,9 milhões no 4º trimestre de 2020, também registrou a maior retração na série histórica (-22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior). O número de pessoas subutilizadas³ apresentou alta recorde e ficou, ao longo do ano, em 31,2 milhões.

66. Um dos fatores fundamentais para a retomada do processo industrial é a capacidade da população em consumir, articulada com políticas públicas para inovação e pesquisa. Nos últimos anos, o mercado interno tem sido afetado sistematicamente pelo desemprego, empobrecimento da população, precarização do trabalho e aprofundamento da desindustrialização. A coordenação estatal é primordial para investimentos em inovação, porém, desde 2016, com Michel Temer na presidência da República, o orçamento de Ciência e Tecnologia foi severamente reduzido. Segundo o Boletim da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), no ranking de complexidade econômica das exportações, depois de o Brasil ter ocupado a 25ª posição, em 1995, os dados mais recentes, de 2018, mostram que o país está na 49ª posição.

³ Desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas ou que compõem a força de trabalho potencial, formada por pessoas que não trabalharam nem procuraram trabalho, mas estão disponíveis para assumir um trabalho caso surja oportunidade.

67. Somado a isso, a reedição do Auxílio Emergencial 2021 com valor menor, de apenas R\$ 250,00, e ainda com alcance bem mais limitado. Quando o benefício foi instituído em 2020, o objetivo era assegurar uma renda mínima para pessoas maiores de 18 anos de idade na condição de trabalhadores inscritos como Microempreendedores Individuais (MEI), trabalhadores informais e pessoas inscritas no Cadastro Único das Políticas Sociais do governo federal, o CadÚnico, no qual se incluem principalmente os beneficiários do Programa Bolsa Família. A justificativa era a de que esse público seria diretamente mais afetado pelas medidas necessárias de isolamento social.

68. Passado um ano, sem controle da pandemia e no centro da chamada segunda onda do coronavírus, com sérios riscos de entrarmos numa terceira onda⁴, com aumento da crise econômica e social, do desemprego, da informalidade, dos preços, particularmente dos alimentos, contas públicas e do gás de cozinha, as regras de acesso e valor do benefício foram pioradas, o que se refletirá no agravamento da crise econômica e social no próximo período.

CONJUNTURA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

69. A produção industrial brasileira, após nove meses de resultados positivos, registrou queda de 2,4% em março de 2021 em comparação ao mês anterior, segundo período de retração no ano. A queda pode ser explicada pelo desempenho da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,4%), mas também pela indústria moveleira (-9,3%) e têxtil (-6,4%). A indústria cresceu 10,5% em março na comparação com mesmo mês do ano anterior, principalmente devido a base baixa de comparação, resultante dos primeiros choques da pandemia. Dessa forma, a indústria acumula crescimento de 4,4% no ano e no acumulado em 12 meses teve queda de 3,1%.

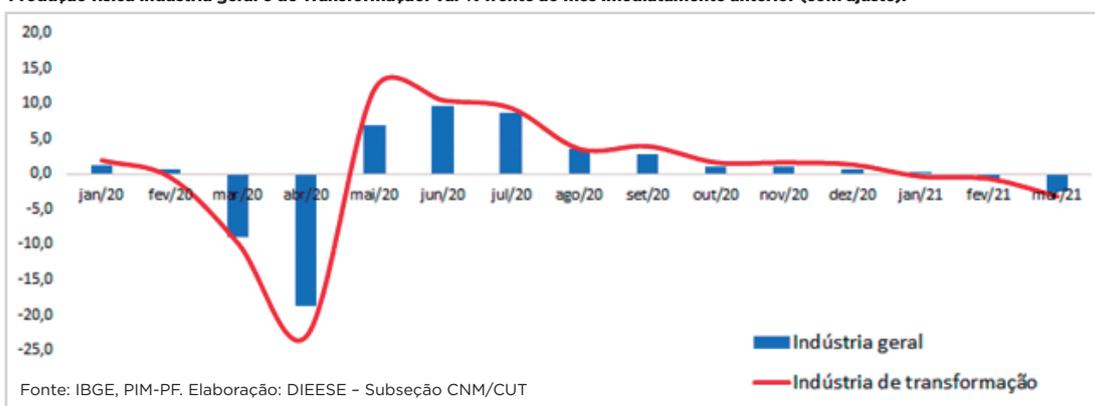
70. A queda da produção industrial foi acompanhada do declínio da indústria de transformação em 3,2% em março/2021 ante fevereiro/2021. A indústria de transformação registra queda desde o início de 2021.

⁴ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/governo-bolsonaro-recebe-alertas-de-nova-onda-da-pandemia-e-area-tecnica-da-saude-teme-piora.shtml>

1.3 - CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

GRÁFICO 3

Produção física Indústria geral e de Transformação. Var % frente ao mês imediatamente anterior (com ajuste).



71. A produção metalúrgica segue acumulando queda na produção em março (-0,7%) e em 12 meses (-4,7%), com destaque para produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,7%), outros equipamentos de transporte (-30,1%) e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-15,6%).

TABELA 1

Produção física industrial - Brasil, março de 2021

Seções e atividades industriais	mês/mês anterior (%)	igual mês ano anterior (%)	acumulada ano (%)	acumulada nos últimos 12 meses (%)
1 Indústria geral	-2,4	10,5	4,4	-3,1
3 Indústrias de transformação	-3,2	11,9	5,2	-3,2
3.24 Metalurgia	-0,7	10,9	8,0	-4,7
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-1,0	24,5	16,7	4,5
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,6	17,0	3,1	-0,4
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-2,1	20,7	13,2	0,7
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	-0,7	27,5	21,3	0,7
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-8,4	19,2	4,4	-25,7
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	35,0	16,3	-15,5	-30,1
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5,4	-2,8	-9,1	-15,6

Fonte: IBGE, PIM-PF.
Elaboração: DIEESE - Subseção CNM-CUT

72. Os resultados de março refletem, de um lado, o aprofundamento da crise sanitária, causada em parte devido às variantes do coronavírus, mais letais, mas também à incapacidade do governo brasileiro de conter a pandemia através da vacinação em massa, dada sua lentidão em comprar vacinas contra a Covid-19, ocasionando maior necessidade do isolamento social, tendo como consequência interrupções da produção em alguns segmentos industriais. De outro lado, a pandemia causou problemas na obtenção de insumos e matérias-primas para 73% das empresas pesquisadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em fevereiro de 2021⁵, desvelando de forma dramática as implicações da crise já em 2020, nas Cadeias Globais de Produção (CGP), muitas com pontos de partida em países asiáticos. Todos estes fatores colaboram com os impactos negativos na indústria brasileira, a alta do dólar e do preço de fretes marítimos e aéreos, assim como a escassez de insumos, componentes e semicondutores⁶.

73. Os preços para os produtores indicam elevação de custos e impactos generalizados na economia, pois vão afetar os preços de diversos produtos. Os índices de preços ao produtor (IPP) marcaram alta em março e no acumulado em 12 meses. O IPP da indústria geral registrou elevação de 4,78% em março, acumulando 33,52% em 12 meses. Já os preços para o produtor da indústria de transformação registraram variação de 29,15% e da metalurgia em 45,76% no acumulado em 12 meses, finalizados em março/2021.

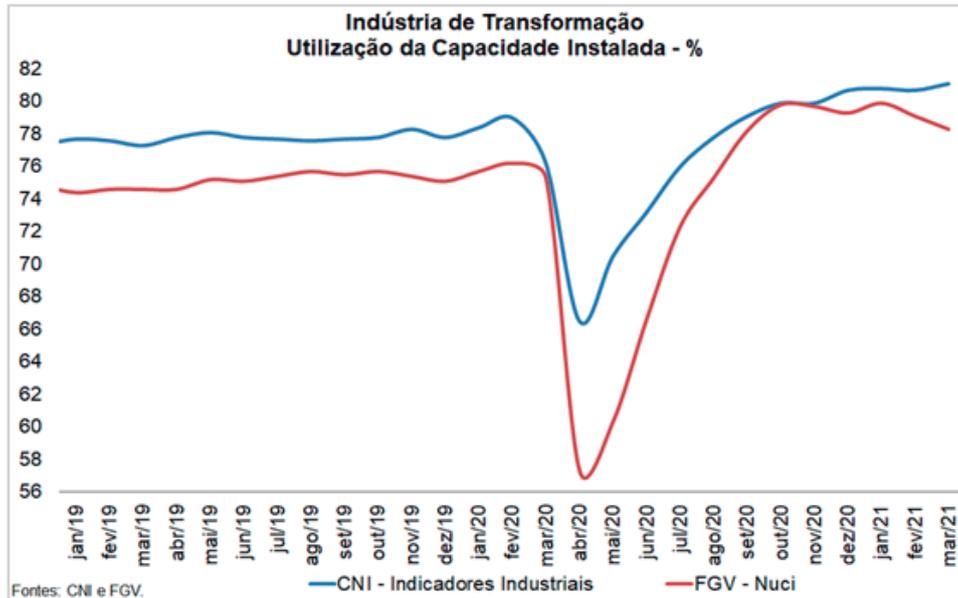
74. O Nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) da indústria é outro indicador fundamental para analisar os futuros investimentos. A permanência do NUCI em níveis baixos não é favorável para os investimentos futuros, pois máquinas e equipamentos ociosos deverão ser postos em funcionamento antes dos empresários pensarem em ampliar a capacidade de produção.

75. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria de transformação, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 78,3% em março/2021, segunda queda consecutiva no ano. Por outro lado, o indicador da Confederação Nacional da Indústria indicou que a utilização da capacidade instalada da indústria alcançou 81,1%. Contudo, o NUCI/FGV ainda está em patamar inferior à crise de 2014-2016, que foi de 82,6% no 1º trimestre de 2014.

⁵ Para mais detalhes, acesse: https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2021/iedi_na_imprensa_20210424_industria_pode_sofrer_com_falha_na_oferta_de_insumos_ate_o_fim_da_pandemia.html

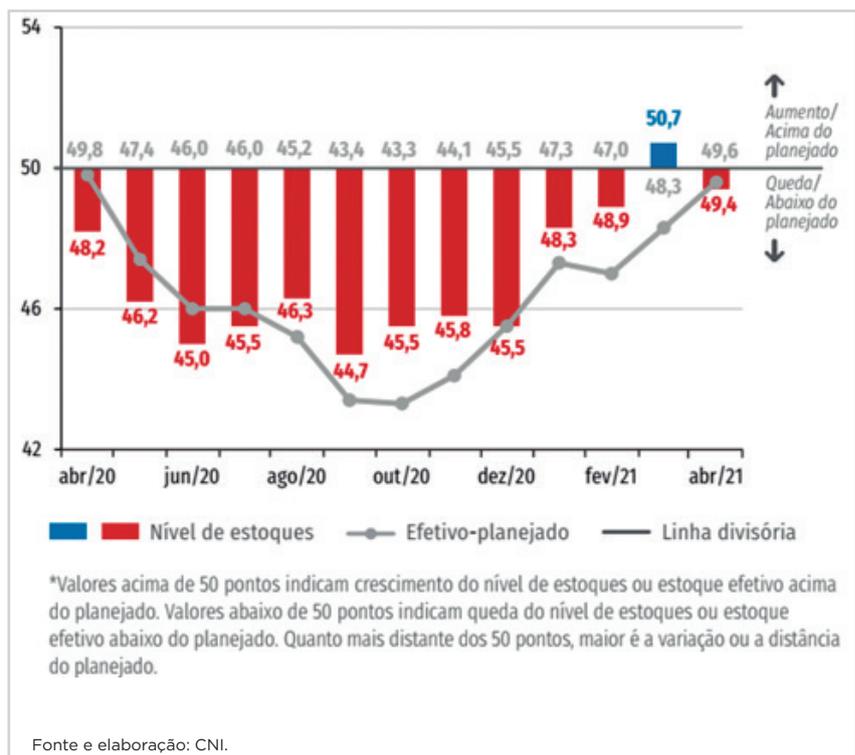
⁶ Para mais detalhes, acesse: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/apagao-logistico-global-paralisa-montadoras-que-pensam-em-nacionalizar-pecas.shtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/caos-no-transporte-maritimo-e-mais-um-obstaculo-para-industria-brasileira.shtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-toda-parte-a-cadeia-mundial-de-suprimentos-esta-em-desordem.shtml>

GRÁFICO 4



76. Os estoques da indústria terminaram abril/2021 abaixo dos 50 pontos, segundo sondagem industrial da CNI, e ainda aponta para vulnerabilidade das cadeias produtivas, com gargalos observados em vários elos e aumento de preços de insumos. Ao longo de 2020, os estoques também se mantiveram abaixo dos 50 pontos.

GRÁFICO 5
Evolução do nível de estoques e do estoque efetivo em relação ao planejado Índice de difusão (0 a 100 pontos)



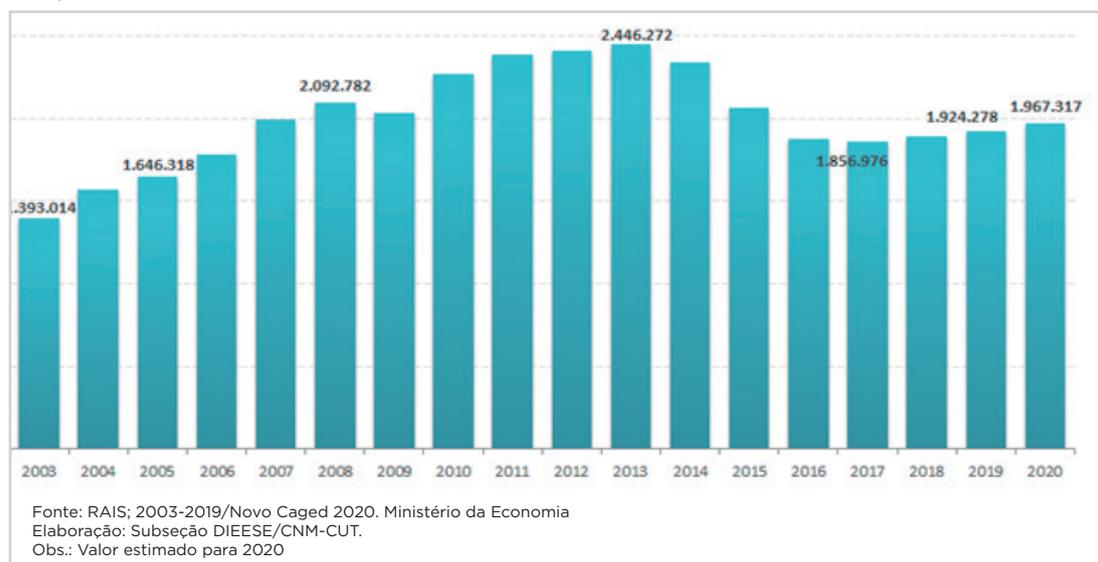
77. Para a indústria de transformação, alguns segmentos conseguiram recuperar parcialmente os estoques em março/2021, mantendo-se acima dos 50 pontos. A indústria metalúrgica ficou em 45 pontos, enquanto os segmentos de Veículos automotivos e Informática e eletrônicos registram 44,2 pontos em março/2021.

2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO BRASILEIRO

78. O emprego no ramo metalúrgico brasileiro apresentou forte expansão em seu mercado de trabalho formal até 2013, ano em que atingiu seu auge de postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Ministério do Trabalho (MTb). Em 2009, ano imediatamente após a eclosão da crise internacional, o mercado de trabalho recuou e mais de 60 mil postos foram fechados. Nos anos seguintes, de 2010 a 2013, teve uma retomada na geração de empregos e, a partir de 2014, essa trajetória se inverte e mais de 589 mil postos de trabalho são fechados no ramo até 2017, conforme informações da RAIS⁷ 2014/2017.

79. O impacto da crise mundial do capitalismo, com seu início em 2008, é profundo e prolongado. Foram necessários dez anos (2003-2013) de crescimento industrial para criar mais de um milhão de empregos na metalurgia e apenas quatro anos (2014-2017) para mais da metade desses postos de trabalho desaparecerem. Observamos uma retomada da geração de empregos no ramo em 2018 e 2019, com crescimento de 3,6% em relação a 2017, e uma estimativa de 1.967.317 vínculos em 2020.

GRÁFICO 6
Evolução do emprego no ramo metalúrgico
Brasil, 2003-2020



80. O saldo do emprego metalúrgico em 2020, segundo dados do Novo Caged, ficou em 43.039 vínculos. Os segmentos Automotivo e Aeroespacial registraram saldos negativos em 2020, com -11.474 e -3.284 vínculos, respectivamente.

⁷ Relação Anual de Informações Sociais é uma base estatística do Ministério do Trabalho que possui, entre outras, informações consolidadas do estoque de trabalhadores do ano.

2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO BRASILEIRO

TABELA 2
Saldo do emprego no ramo metalúrgico, por segmento
Brasil, 2020

Segmentos	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
Aeroespacial e Defesa	227	111	-21	-472	-343	-121	-651	-129	-1.712	-13	-40	-120	-3.284
Automotivo - Montadoras, Autopeças, Enacarroçadoras	4.004	2.526	-985	-10.176	-9.637	-5.477	-2.899	2.663	2.887	2.759	2.569	292	-11.474
Eletroeletrônico	4.580	1.776	-1.317	-10.224	-4.157	1.246	5.115	7.243	5.265	4.255	3.007	-1.771	15.018
Máquinas e Equipamentos	6.707	3.506	-5.144	-17.142	-7.800	578	4.910	7.724	8.665	10.593	11.784	1.144	25.525
Naval	-621	124	-306	-760	-254	51	389	441	225	971	713	365	1.338
Outros Materias Transporte	460	-10	-295	-1.198	-442	264	733	871	518	418	196	-264	1.251
Siderurgia e Metalurgia básica	3.955	5.287	-2.520	-18.806	-8.946	-872	5.025	9.028	9.080	7.672	6.750	-988	14.665
Total	19.312	13.320	-10.588	-58.778	-31.579	-4.331	12.622	27.841	24.928	26.655	24.979	-1.342	43.039

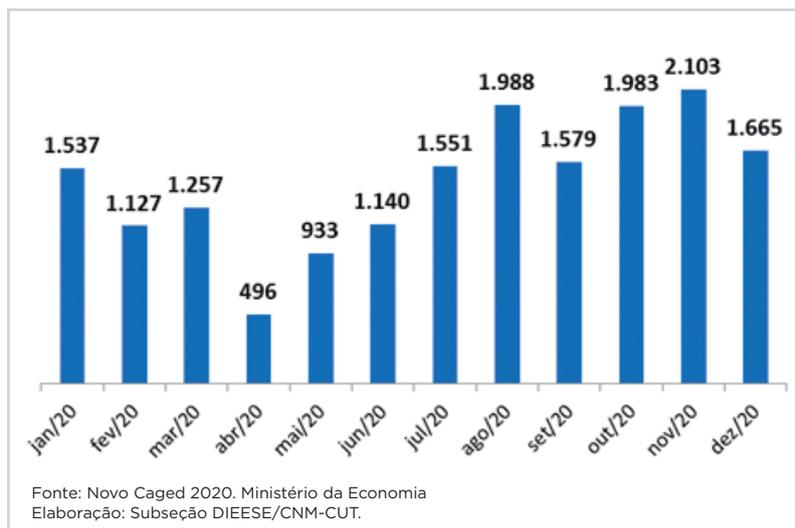
Fonte: Novo Caged 2020. Ministério da Economia
Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT.

81. Com a Reforma Trabalhista aprovada em 2017, milhares de contratos de trabalho intermitentes foram criados e, nesta modalidade, o trabalhador fica à disposição do empregador, sem remuneração, aguardando ser chamado para trabalhar. Entre os intermitentes admitidos em 2019 e ativos até o final do ano, 22% não trabalharam nenhuma vez. A remuneração mensal média dos que conseguiram trabalhar, no fim de 2019, foi de R\$ 637, equivalente a 64% do valor do salário mínimo. Em 2020 houve aumento de 96 mil vínculos intermitentes e estima-se que o estoque de intermitentes tenha chegado a 230 mil, 0,48% do total de vínculos formais no país.

82. No ramo metalúrgico, do total de 640.010 admissões, 17.359 foram contratos intermitentes, representando 2,64% do total, contra 1,73% em 2019 (Gráfico 8).

83. Em um cenário de grandes incertezas, o saldo do emprego metalúrgico no 1º trimestre de 2021 registrou a criação de 86.802 vínculos, com destaque para o segmento de máquinas e equipamentos (devido ao aumento das exportações no setor agrícola e demanda interna ligada ao aquecimento de obras de infraestrutura).

GRÁFICO 7
Evolução do número de contratos intermitentes no setor metalúrgico em 2020
Brasil - Jan/20-dez/20



PERFIL DO(A) TRABALHADOR(A) METALÚRGICO(A) - BRASIL

84. O Ramo esteve presente em 1.753 municípios de todas as Unidades da Federação (UF), segundo informações da RAIS para o ano de 2019. A distribuição dos trabalhadores metalúrgicos no país mantém a concentração estrutural da atividade na região Sudeste, com 60,4% do total de vínculos em 2019, seguida da região Sul, com 26,1%.

85. A análise por estado indica quatro estados respondendo por mais de 70% dos vínculos do ramo metalúrgico, a saber: São Paulo (41,2%), Minas Gerais (11,7%), Rio Grande do Sul (9,8%) e Santa Catarina (8,7%).

86. Os municípios com as maiores bases de trabalhadores metalúrgicos foram São Paulo (108.011), Manaus (60.494), Joinville (45.832), São Bernardo do Campo (45.634) e Caxias do Sul (39.111), segundo a RAIS 2019.

MAPA 1
Distribuição geográfica dos (as) trabalhadores (as)
Ramo Metalúrgico - Brasil, 2019



Fonte: RAIS; 2019 - MTb.
Elaboração: DIEESE.

Obs.: Foram desconsiderados municípios com 15 ou menos trabalhadores (as).
As partes mais escuras são os locais com presença de 16 ou mais metalúrgicos.

2. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO BRASILEIRO

87. Entre 2018 e 2019, houve variação positiva do emprego metalúrgico, segundo dados da RAIS, em 1,9%, com 1.924.278 trabalhadores. O segmento de Bens de capital foi o que mais cresceu (+54,7%), enquanto o Eletroeletrônico registrou queda no estoque de empregos (-31,1%).

TABELA 3
Emprego por segmento CNM/CUT
Brasil (2018 e 2019)

Segmento	2018		2019		Part % 2019	Variação n ^o trabalhadores	Variação remun. média
	n ^o trabalhadores	Remuneração média (R\$)	n ^o trabalhadores	Remuneração média (R\$)			
Aeroespacial e Defesa	32.370	6.514,1	30.531	6.295	1,6%	-5,7%	-3,4%
Automotivo	417.429	4.428,8	421.834	4.684	21,9%	1,1%	5,8%
Eletroeletrônico	484.756	3.558,1	333.849	3.580	17,3%	-31,1%	0,6%
Bens de capital	322.727	3.312,2	499.395	3.734	26,0%	54,7%	12,7%
Naval	26.048	3.424,0	25.729	4.227	1,3%	-1,2%	23,5%
Outros materiais transportes	28.703	3.953,1	31.227	4.192	1,6%	8,8%	6,1%
Siderurgia e metalurgia básica	575.639	3.054,9	581.713	3.263	30,2%	1,1%	6,8%
Total Geral	1.887.672	3.610,0	1.924.278	3.828,8	100,0%	1,9%	6,1%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

88. As mulheres mantiveram a participação de 18,2% nos postos de trabalho metalúrgico em 2019, enquanto os homens representaram 81,8%. A remuneração média real recebida pelas mulheres foi de R\$ 3.091, variou 3,2% em relação a 2018 e foi inferior em -22,6% em relação à dos homens, cuja remuneração média real foi de R\$ 3.993,5 (Tabela 4).

TABELA 4
Emprego e remuneração segundo sexo
Brasil (2018 e 2019)

Sexo	Distribuição dos metalúrgicos, por sexo - Brasil						Variação n ^o trabalhadores	Variação remun. Média
	2018			2019				
	n ^o trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)	n ^o trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)		
Masculino	1.542.651	81,7%	3.936,5	1.574.053	81,8%	3.993,5	2,0%	1,4%
Feminino	345.021	18,3%	2.996,3	350.225	18,2%	3.091,2	1,5%	3,2%
Total	1.887.672	100,0%	3.764,2	1.924.278	100,0%	3.828,8	1,9%	1,7%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT
obs: remuneração diferente de zero - excluídos vínculos com remuneração igual a zero

89. O quadro comparativo a seguir resume algumas outras características do perfil da base metalúrgica. Por tamanho da empresa, 32,6% dos trabalhadores do ramo estavam em empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas (grande porte), enquanto 25,8% trabalhavam em empresas com 100 a 499 pessoas ocupadas (médio porte) e 41,6% dos trabalhadores estavam em micro e pequenas empresas, ou até 99 pessoas ocupadas.

90. A maioria dos trabalhadores tinha jornada entre 41h e 44 horas semanais (85,9%). A categoria possui maioria de trabalhadores com ensino médio completo (60,2%), en-

quanto 20,9% possuíam ensino médio incompleto ou menos e 18,9% possuíam algum grau de nível superior.

91. Os jovens possuem participação expressiva na categoria, sendo que quase metade tinham até 35 anos e 50,8% possuíam acima dessa idade.

QUADRO 1
Características da base metalúrgica – critérios selecionados
Brasil, 2018/2019

CRITÉRIO	2019	2018
Porte da empresa*	32,8% trabalhavam em empresas de grande porte, 25,8% trabalhavam em médias empresas e; 41,6% estavam em micro e pequenas empresas.	33,3% trabalhavam em empresas de grande porte, 26,0% trabalhavam em médias empresas e; 40,7% estavam em micro e pequenas empresas.
Jornada	12,9% dos trabalhadores (as) jornada de até 40 horas semanais e; 85,9% dos trabalhadores (as) jornada entre 41 a 44 horas semanais;	12,5% dos trabalhadores (as) jornada de até 40 horas semanais e; 87,5% dos trabalhadores (as) jornada entre 41 a 44 horas semanais.
Escolaridade	60,2% dos (as) trabalhadores (as) possuíam o ensino médio completo; 20,9% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 18,9% tinham algum grau de nível superior.	58,4% dos (as) trabalhadores (as) possuíam o ensino médio completo; 21,2% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 20,4% tinham algum grau de nível superior.
Idade	49,2% da base tinham até 35 anos e; 50,8% da base tinha mais de 35 anos de idade.	50,8% da base tinham até 35 anos e; 49,2% da base tinha mais de 35 anos de idade.

Fonte: RAIS.
Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT
Obs.: (*) Para a classificação dos estabelecimentos segundo porte foi adotada a metodologia constante no Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios, elaborado pelo DIEESE.

PERFIL DO(A) METALÚRGICO(A) DA CNM/CUT

92. A base da CNM/CUT está distribuída em 15 unidades da federação e representa 35,2% do total da categoria no Brasil, com 676.696 trabalhadores. As maiores bases da categoria estão em São Paulo, com 30,7% de participação, seguida de Santa Catarina, com 15,1%, Minas Gerais, com 13,8%, Rio Grande do Sul, com 13,1% e Amazonas, com 9,0%.

TABELA 5
Distribuição dos metalúrgicos da CNM/CUT, por UF (2019)

UF	Unidade da Federação	nº trabalhadores	Part %
São Paulo		207.544	30,7%
Santa Catarina		101.866	15,1%
Minas Gerais		93.530	13,8%
Rio Grande do Sul		88.355	13,1%
Amazonas		61.104	9,0%
Pernambuco		34.120	5,0%
Espírito Santo		29.999	4,4%
Ceará		17.079	2,5%
Paraná		11.958	1,8%
Rio de Janeiro		10.977	1,6%
Mato Grosso do Sul		7.991	1,2%
Bahia		5.806	0,9%
Rio Grande do Norte		2.860	0,4%
Maranhão		2.170	0,3%
Paraíba		1.337	0,2%
Total Geral		676.696	100,0%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

93. A distribuição dos metalúrgicos por segmento acompanha basicamente a distribuição geral da categoria, com o segmento Siderúrgico liderando (29,2%), seguido de Bens de capital (25,3%). Eletroeletrônico, apesar de manter a terceira posição na distribuição, na base da CNM/CUT, possui maior participação (21,2%) em relação à categoria como um total no país (17,3%), justamente pela maior concentração deste segmento em Manaus.

TABELA 6
Distribuição dos metalúrgicos da CNM/CUT, por segmento (2019)

Segmento	nº trabalhadores	Part % 2019
Aeroespacial e Defesa	12.643	1,9%
Automotivo	128.059	18,9%
Eletroeletrônico	143.524	21,2%
Bens de capital	171.155	25,3%
Naval	7.290	1,1%
Outros materiais transportes	16.706	2,5%
Siderurgia e metalurgia básica	197.319	29,2%
Total Geral	676.696	100,0%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

94. A distribuição dos metalúrgicos por idade, segundo o critério de corte de juventude da CUT, acompanha a mesma distribuição da categoria em geral, com uma participação levemente superior na juventude da CNM/CUT, de 50,2% acima de 35 anos.

TABELA 7
Distribuição dos metalúrgicos da CNM/CUT, por idade (2019)

Idade	nº trabalhadores	Part (%)
até 35 anos	339.526	50,2%
Acima de 35 anos	337.170	49,8%
Total	676.696	100,0%

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

O PLANO INDÚSTRIA 10+

95. O Plano Indústria 10+ é um plano elaborado pelo Macrossetor da Indústria da CUT, TID Brasil e DIEESE, assim como professores e pesquisadores da indústria em diversas instituições de pesquisa, e tem como objetivo definir diretrizes que orientem as políticas, programas e ações dirigidas ao setor produtivo nacional, subordinadas à estratégia de oferta universal e de qualidade de bens e serviços sociais e de consumo coletivo pela sociedade que garantam soberania nacional em setores estratégicos para o País. O Plano está atualmente em processo de debate e reformulação, considerando os desafios advindos com a crise sanitária e o aprofundamento da crise econômica.

3. EIXOS DE ATUAÇÃO DA CNM/CUT

96. Como desenvolvemos nos textos de conjuntura acima, a democracia brasileira sofreu um duro golpe desde o impeachment da ex-presidenta Dilma. A imposição de uma agenda conservadora somada à Pandemia da Covid-19 vem executando um Estado de necropolítica para a classe trabalhadora.

97. Assim, o tema escolhido para esta Plenária se conecta às questões emergenciais desta conjuntura e deve orientar o debate e as reflexões que nortearão a política desempenhada pela CNM/CUT na continuidade de execução deste mandato. O momento requer nossa reorganização no sentido de resistir aos ataques sofridos, refletir sobre os desafios a serem enfrentados e reorientar a luta por um país democrático, pela defesa da vida, do SUS, do trabalho e da renda.

98. A CNM/CUT tem centrado suas ações a partir de uma estratégia de disputa de projetos junto aos trabalhadores (as) e à sociedade. Suas ações sindicais têm se baseado em três eixos de atuação, considerados como orientadores de todas as secretarias, para o cumprimento das resoluções congressuais, com o fim comum de defesa e representação dos interesses da classe trabalhadora. São eles:

1. POLÍTICAS GERAIS E PERMANENTES

99. Desde o avanço da pandemia do coronavírus assistimos ao aprofundamento dos problemas estruturais já existentes no Brasil, que evidenciou as desigualdades de raça, gênero e entre os mais jovens e pobres. Com uma política de saúde, de combate à fome, de proteção aos empregos e à renda e de manutenção dos direitos dos(as) trabalhadores(as), provavelmente, o número de brasileiros e brasileiras vivendo na pobreza e na extrema pobreza não teria dado um salto gigantesco nos últimos dois anos.

100. As Políticas Gerais e Permanentes atuam em todas as frentes que interferem direta ou indiretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, trazendo para o chão da fábrica e para as negociações dos acordos e convenções coletivas temas que a sociedade civil organizada e movimentos sociais debatem e organizam. Desta forma, as pautas fortalecem e aproximam a luta pela inclusão social. Os trabalhadores e trabalhadoras organizados (as) em seus sindicatos também contribuem, com sua experiência, para a conquista e manutenção de direitos da sociedade em geral.

101. As ações desse EIXO são organizadas de forma mais direta pelas seguintes secretarias: Mulheres; Igualdade Racial; Políticas Sociais; Juventude; Saúde; Meio Ambiente e Previdência Social. Estas Secretarias possuem Coletivos Nacionais organizados por representações regionais que têm por objetivo contribuir para que as políticas da CNM/CUT sejam absorvidas pelos sindicatos e Federações. No entanto, este eixo, assim como os demais, orientam todas as secretarias da nossa Confederação.

102. A atuação dos sindicatos e movimentos populares tem sido fundamental na trajetória de luta contra o machismo, racismo, homofobia, transfobia e outras formas de preconceito. O Brasil, que já estava na lista dos países que mais matam mulheres, o quinto no ranking de crimes de feminicídios, segundo dados do Mapa da Violência, viveu o aumento dos casos de violência contra a mulher durante a pandemia. O contexto da reclusão social significou, para muitas mulheres, maior exposição a seus agressores.

103. Segundo o boletim especial do DIEESE “Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia”, entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, cerca de 6,4 milhões de homens e mulheres negras perderam seus empregos ou deixaram de procurar trabalho devido à falta de perspectiva, enquanto as pessoas brancas, na mesma situação, somam cerca de 2,4 milhões.

104. Portanto, esse eixo de atuação é fundamental para equilibrar a correlação de forças diante da diversidade existente na sociedade e da atuação perversa do capitalismo sobre mulheres, não brancos (as) e na comunidade LGBTQIA+ e, ainda, tem compromisso direto em dar voz a estes grupos historicamente excluídos para a igualdade de oportunidades e fortalecer a democracia.

105. Este processo constitui, por sua vez, uma das bases sobre a qual se constrói a democracia na sociedade e tem como objetivo relacionar as lutas gerais da sociedade brasileira com o movimento sindical.

106. Entendemos que o papel dos sindicatos e federações, junto com o movimento social, é também lutar por políticas públicas que universalizem o atendimento aos trabalhadores e às trabalhadoras. No entanto, neste cenário de negação do Estado como indutor e responsável pela manutenção e expansão de direitos, um dos instrumentos sindicais que ganha protagonismo é a negociação coletiva, pois é através da organização de cláusulas específicas que muitas vezes se negociam avanços em relação à legislação vigente, legitimando e reafirmando esses direitos.

107. É importante ressaltar que, para que temas como esses façam parte das pautas das negociações, os instrumentos de organização no local de trabalho, como os Comitês Sindicais de Empresas (CSE), Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Comissões de Fábrica, precisam ser atuantes, assim como a atuação dos sindicatos nos espaços de dimensão nacional, como o Macrossetor da Indústria da CUT, Redes Sindicais por empresa e os da esfera internacional, como Comitês Internacionais de Trabalhadores e Acordos Marco Globais, e também são espaços para construir ações mais conjuntas e que podem alterar a realidade material e de condições de trabalho da juventude, mulheres, negros e negras e LGBTQIA+.

108. O momento é de resistência e solidariedade. Precisamos atuar em todas as frentes, junto aos movimentos sociais, atentos e atentas às possibilidades de exercer o diálogo e a solidariedade no chão das fábricas, mas também para além, junto às associações de bairro, nas escolas, na comunidade, em todos os lugares que fazem parte da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

2. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

109. Este eixo tem como objetivo contribuir para a organização dos(as) metalúrgicos(as) desde o local de trabalho - por meio das CIPAS, Comissões de Fábrica e CSEs, passando pelo nível estadual, nacional e internacional, através da federação internacional da indústria, a IndustriALL Global Union.

110. Para além da estrutura sindical oficial, a CNM/CUT busca superar os entraves deste modelo vertical de organização, articulando e fortalecendo instrumentos como o Macrossetor da Indústria da CUT, as Redes Sindicais por empresa e os instrumentos em esfera internacional, como os Comitês Internacionais de Trabalhadores(as) e Acordos Marco Globais.

111. Ainda no âmbito internacional, construímos e participamos de intercâmbios formativos e de solidariedade com demais sindicatos ao redor do mundo, fortalecendo a identidade de classe internacionalista.

112. Nestes espaços de diálogo, buscamos construir estratégias para combater as disparidades regionais impostas pelos capitalistas, denunciarmos as relações imperialistas e de dependência e fortalecemos as lutas da classe trabalhadora contra a exploração capitalista

em todas as suas dimensões, tarefa histórica do movimento sindical.

113. As ações desse EIXO são organizadas de forma mais direta pelas seguintes secretarias: Política Sindical, Organização Sindical e Relações Internacionais, mas em coordenação com os demais eixos e secretarias.

114. A partir de março de 2020, a crise pandêmica trouxe ainda mais dificuldades na atuação do movimento sindical ao somar a vulnerabilidade de uma crise sanitária à uma política econômica desastrosa e uma sequência de reformas que retiraram direitos da classe trabalhadora e que buscam desarticular e minar o papel de representação dos sindicatos. Além de enfrentar as medidas antitrabalhador, antissindicalista e o sucateamento das políticas públicas, tivemos que defender a vida e nos organizar para uma atuação mais ampla dos sindicatos, nos aproximando das demandas mais emergenciais da classe trabalhadora como um todo, para além dos limites da nossa representação.

115. No que diz respeito a vida política dos sindicatos metalúrgicos da CUT, nesses dois anos foi preciso repensar formas de interlocução com a base e muitos sindicatos passaram a desenvolver discussões e aprovações de acordos coletivos através de ferramentas online, assim como todo o processo negocial, rodadas de negociações, assembleias, encontros, consultas aos trabalhadores, reuniões, entre outros, com destaque à ampla participação e unidade.

116. Nas eleições sindicais, passamos por renovações e por eleições em sindicatos onde não temos hegemonia, mas que ainda assim participamos enquanto setor minoritário.

ORGANIZAÇÃO EM SEGMENTOS:

117. O ramo metalúrgico percorre diversas cadeias produtivas e é composto por diferentes segmentos: automotivo, eletroeletrônico, naval, siderúrgico, bens de capital e aeroespacial. Devido sua heterogeneidade, o ramo é estudado e pensado segundo uma organização setorial, com base na forma em que as políticas industriais governamentais foram sendo organizadas no país, através de planos específicos para determinados segmentos, câmaras setoriais, instrumentos tripartites (governo, trabalhadores(as) e empresários(as) e Conselhos de Competitividade do Plano Brasil Maior). Diante deste formato, a CNM/CUT adota, desde a década de 1990, a estratégia de estudar e pensar os segmentos. O objetivo

é compreender as especificidades de cada um e identificar pontos comuns entre eles, desenvolvendo uma ação sindical mais coerente com a diversidade do ramo.

118. Essa organização setorial comunga com os formatos de organização internacional, como na Industrial Global Union, que se organiza por setores ou macrossetores, onde mantemos nossa representação em todas as reuniões regionais e globais. Mantemos esse formato para fins de estudo e articulação, porém, compreendemos que as mudanças nas cadeias de valor e as conexões na cadeia produtiva, entre segmentos do ramo metalúrgico e entres ramos da indústria, indicam a necessidade de uma organização cada vez mais unificada, rompendo com a pulverização por categorias. Por isso, seguimos na construção do TID Brasil – Instituto Trabalho, Indústria e Desenvolvimento, como espaço de construção de saber e articulação do Macrossetor da Indústria da CUT e de forma intersindical, dialogando com as universidades, onde destacamos a consolidação do Plano Indústria 10+.

119. O capitalismo contemporâneo é marcado pela financeirização do capital e por uma série de transformações tecnológicas, acompanhadas de reformas que buscam fragilizar a organização dos(as) trabalhadores(as) através da precarização das formas de contratação e das relações de trabalho.

120. A Reforma Trabalhista de 2017 e a aprovação da terceirização irrestrita impuseram novas e diversas formas de relações laborais, legalizando o que era ilegal na CLT. O mercado de trabalho brasileiro, já profundamente heterogêneo e desigual, passa a operar a partir da lógica de um amplo cardápio de contratos de trabalho precários. Além das trabalhadoras e trabalhadores com contrato formal por tempo indeterminado, o chamado trabalhador típico, a reforma trabalhista cria outros tipos de contratos, o intermitente e o teletrabalho, amplia o trabalho a tempo parcial, trabalho terceirizado nas atividades-fim, libera o uso do contrato de autônomos, altera as jornadas de trabalho, facilita a dispensa imotivada, amplia o parcelamento de férias, dentre outras mudanças que afetam profundamente a vida da classe trabalhadora.

121. Aliado a isso, permanecem no mercado de trabalho formas precárias de contratação e ausência completa de vínculo formal (informais), PJ, microempreendedor individual (MEI), trabalhadoras domésticas (em sua maioria sem carteira), trabalhadores(as) de plataformas digitais, em home office, formas associativas de trabalho, além dos(as) trabalhadores(as) desempregados(as).

122. Essa pulverização e precarização nos impõe a luta para reverter a institucionaliza-

ção da informalidade através da reforma trabalhista e, paralelamente, uma ação sindical que busque superar os limites impostos de representação, respondendo e organizando toda a classe trabalhadora, entendendo-a como todo aquele e aquela que vivem do trabalho, independentemente do tipo de vínculo laboral.

3. CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO

123. Este eixo tem como objetivo central lutar para firmar contratos articulados nacionalmente, que diminuam as grandes diferenças de condições de trabalho, salários e jornada existentes entre os(as) trabalhadores(as) metalúrgicos(as) das diversas regiões do país, reduzindo, assim, as desigualdades de renda e impedindo o deslocamento das empresas de uma região para outra em busca de menores salários e benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras.

124. A negociação coletiva é o principal campo do embate entre capital e trabalho, no qual trabalhadores e trabalhadoras, organizados em sindicatos, lutam por ampliação ou, em tempos de crise, pela manutenção de direitos. Não à toa, o direito à negociação coletiva é um dos principais pontos atacados na reforma trabalhista, atendendo aos interesses da classe patronal.

125. A sobreposição do negociado sobre o legislado para rebaixar direitos, a legalização da terceirização sem regras, o fim da ultratividade dos acordos e convenções, a criação de novas possibilidades de negociação individual e a investida contra os sindicatos fragilizam a negociação coletiva e facilitam a retirada de direitos. A lógica das negociações coletivas foi invertida, de forma a assegurar a predominância do individualismo contra as alternativas coletivas.

126. Na contramão do individualismo, a CNM/CUT historicamente organiza e mobiliza um Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, aprovado no 4º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT (2004), definido como ação estratégica e central. De acordo com a resolução aprovada, “o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho visa estabelecer uma base mínima, de caráter nacional, geral e articulado, sobre a qual os metalúrgicos vão desenvolver as demais negociações. Ele é de caráter geral, porque seu conteúdo é o de estabelecimento de condições mínimas, que não suplantam as negociações específicas locais, mas é também articulado porque deverão desdobrar-se nas mais

diversas regiões e estados do país até o nível de empresa, visando adaptar-se às diferentes realidades nacionais.”

127. Desde sua aprovação, a CNM/CUT vem realizando Plenárias de Campanhas de Negociação coletiva, entre outros espaços de debate, no sentido de buscar e incentivar esse tipo de contrato, permitindo acumular reflexões sobre os principais empecilhos ao tema, dentre os quais, destacamos:

- Vivemos uma legislação impeditiva, que promove negociações fragmentadas;
- Não identificamos um interlocutor equivalente nas entidades patronais nacionais e uma legislação nacional que promova a negociação entre entidades nacionais;
- Temos datas bases pulverizadas nos sindicatos metalúrgicos;
- Resistência cultural: muitos(as) dirigentes sindicais locais acreditam que sua entidade pode perder importância no processo de negociação nacional. Isso indica a falta de uma cultura de construção de uma pauta nacional, que não se mova pelas questões locais, mas por direitos mais gerais.

128. No entanto, a Pandemia da Covid-19, aliada à realidade de 14,4 milhões de desempregados e ao aumento da informalidade, deixou um contingente cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras desprotegidos de seus direitos e sem representação sindical e cobertura de negociações coletivas.

129. Neste cenário, as negociações coletivas retomaram grande centralidade para o movimento sindical, como um instrumento crucial para o conjunto da classe trabalhadora, assegurando condições mínimas em temas que afetam diretamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial as chamadas cláusulas sociais.

AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA:

130. Em que pese a ofensiva contra o movimento sindical e contra a negociação coletiva, os sindicatos têm resistido criando estratégias e negociando a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

131. A partir de levantamentos qualitativos feitos pela subseção do DIEESE na CNM/CUT, notou-se um deslocamento da negociação do reajuste salarial, tema principal das negociações coletivas, para a negociação de outras questões, especialmente as relativas à

pandemia. Foram negociadas diversas cláusulas relacionadas à crise sanitária, que abordavam temas, como:

- Regras sanitárias nos locais de trabalho;
- Licenças remuneradas;
- Trabalho remoto (home office);
- Férias individuais ou coletivas;
- Suspensão temporária do contrato de trabalho (MP 936 ou regime de layoff);
- Redução de jornada de trabalho e salários;
- Licenças não remuneradas.

132. Importante ressaltar que as MPS' 927 e 936 seguem na mesma linha das políticas adotadas na reforma trabalhista. Foram orientadas pelo propósito de favorecer o empregado, reduzindo os custos de produção, cortando despesas com a saúde, segurança e direitos da classe trabalhadora, consagrados na CLT e na Constituição. É também notório e recorrente o objetivo de enfraquecer os sindicatos, enaltecendo o individualismo, a divisão, desestimulando a solidariedade classista e as negociações coletivas.

133. Neste contexto de fragmentação em um cenário de crise, fica mais evidente a relevância da organização de um contrato nacional articulado para os(as) metalúrgicos(as) do Brasil. Vale, aqui, resgatar algumas diretrizes do 13º CONCURT que se alinham e sustentam o motivo de sempre estar em nosso horizonte o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho como um instrumento estratégico de redução de desigualdades.

134. As diretrizes da CUT para a negociação coletiva são:

- Criar mecanismos de centralização das negociações, como a data-base, por exemplo, no âmbito dos ramos e macrossetores, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva, envolvendo diferentes categorias que desenvolvem a negociação coletiva num mesmo período.
- Da mesma forma, é urgente criar instrumentos de negociação coletiva para todos(as) trabalhadores(as), independentemente da existência ou não de um vínculo formal de trabalho;
- Investir na adoção de um contrato coletivo nacional articulado em diversos níveis;
- Que os ramos avancem na construção de pautas mínimas comuns, de unificação de data-base e de mobilização de seus sindicatos;
- Que os ramos se articulem e se organizem de acordo com características que os unifiquem, tendo em vista fortalecer os processos de mobilização e negociação em conjunto.

135. Diante da realidade já percorrida amplamente na primeira parte desse texto base, nós metalúrgicos(as) reafirmamos e defendemos arduamente a democracia brasileira, a vida, o SUS, o trabalho e a renda, isso também pressupõe a defesa da liberdade sindical e reforça a necessidade de reorientarmos nossas estratégias em relação à organização sindical, como já citado acima, e, em especial, à negociação de um contrato coletivo nacional, buscando cada vez mais o fortalecimento das lutas coletivas e da representação dos sindicatos.

136. Por fim, os **EIXOS DE ATUAÇÃO** orientam os planejamentos da CNM/CUT, através de suas secretarias e demais ferramentas de trabalho coletivo, envolvendo também as Federações, Departamento e Sindicatos de base estadual, implementando as ações e políticas da Confederação.

137. A seguir, apresentamos o balanço da gestão. Um panorama do que foi realizado em relação aos três eixos de atuação da CNM/CUT: o **Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, Lutas Gerais e Permanentes e Organização Sindical**. . Esclarecemos que todas as ações executadas pelas secretarias que compõem a estrutura organizativa da CNM/CUT estão relacionadas abaixo, porém foram agrupadas de forma coletiva e em categorias de atividades, com exceção da Presidência, Secretaria-Geral e Administração e Finanças.

4. BALANÇO DA GESTÃO

4.1 - PLANO DE LUTAS

10º CONGRESSO NACIONAL DOS(AS) METALÚRGICOS(AS) DA CUT | 2019 – 2023

1. Lula Livre!;
2. Defender a Democracia Brasileira, a soberania nacional e liberdade sindical;
3. Resistência e luta para garantia de direitos conquistados. Por nenhum direito a menos;
4. Lutar pela garantia de empregos;
5. Lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
6. Lutar pela unificação das estruturas e das entidades sindicais e pela consolidação do Macrossetor da Indústria da CUT;
7. Em defesa das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho;
8. Em defesa do Sistema Único de Saúde público e de qualidade para todos e todas;
9. A luta pela creche como um direito da criança e obrigação do Estado;
10. Acesso ao local de trabalho pelos(as) representantes sindicais e contra toda e qualquer prática antissindical, além de investir na organização das CIPAs rumo à organização no local de trabalho;
11. A luta por educação pública de qualidade, com qualificação profissional e organização da juventude trabalhadora. Contra todos os cortes na Educação!;
12. Contra o genocídio da população negra;
13. Contra a Lei Anticrime!

4.2 - BALANÇO DA GESTÃO

PRESIDÊNCIA

138. Além de continuar cumprindo o papel de representação institucional da entidade durante o atual mandato, a presidência desenvolveu, entre outras, as seguintes ações:

139. • Orientou a luta e o trabalho da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT para defender os direitos, a democracia e a soberania nacional;

- 140.** • Com a reforma trabalhista, as estruturas sindicais passaram a ter muita dificuldade financeira para manter uma estrutura que suportasse a luta política a que se propõe. E com a Confederação não foi diferente. Juntamente com o Secretário de Administração e Finanças, a presidência fez um equilíbrio financeiro com difíceis decisões em cortes de despesas;
- 141.** • Intensificou a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização da indústria;
- 142.** • Trabalhou para ampliar a representação e fortalecer o projeto organizativo da CUT;
- 143.** • Participou ativamente das importantes atividades da CNM como Planejamentos, Encontros dos Coletivos, Segmentos, Direção ampliada e executivas, Debate sobre Reforma Tributária, Lançamento Nacional da Campanha de valorização dos sindicatos, Live de aniversário da CNM, Debates jurídicos sobre as reformas do governo, Debate sobre os desafios do Movimento Sindical e as saídas para a classe trabalhadora, Lançamento Nacional de Campanha pela Vacina para todos e todas e Campanha “Histórias não contadas”, em referência ao mês da consciência negra;
- 144.** • Esteve junto aos sindicatos e ramos em momentos de luta e em momentos de celebração: 9º Congresso do ABC, Comemorou os 60 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté; várias reuniões com sindicatos filiados pelo país; 13º CONCUR; 15º CECUT SP; CECUT MS; 3º Congresso Interestadual dos Metalúrgicos do Nordeste; Seminário de Planejamento do STIM BH e Contagem; posses das diversas direções dos sindicatos; VI Congresso da FEM MG; Planejamento da CUT Nacional; Ciclo de debates estratégicos para o 13º CONCUR; Plenárias regionais; Cerimônia de posse da CONTAG; Congresso CNRQ, entre outros;
- 145.** • Realizou reuniões com os sindicatos dos metalúrgicos por todo o Brasil, ajudando em problemas regionais, dando direção e ampliando o debate;
- 146.** • Participou de paralizações e greves gerais como: Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência, Marcha das Margaridas, Grito dos Excluídos, Plenárias Lula Livre, Dia Nacional por Fora, Bolsonaro, Plenária Nacional Sindical contra Privatizações, Ato Político e Cultural de luta dos atingidos por barragens, Saberes Africanos e Afro Brasileiro - Pensando nação antirracista e antissexista, Plenária Virtual Lula Livre.

147. • Participou de diversos Fóruns internacionais como: Seminário sobre Acordo entre Mercosul e União Europeia, VII Fórum Brics Sindical: o futuro do trabalho, os direitos sociais, o multilateralismo e a importância dos Brics no contexto global, Reunião com afiliados da Industrial Global Union, Reunião do Comitê Executivo da Industrial, Reunião com Presidente da Industrial Global Union;

148. • Para dentro da pauta sindical, tem investido esforços na organização do Macrosetor da Indústria (MSI), importante iniciativa da CUT que foi amplamente abraçada por nossa Confederação. Os debates sobre a política industrial e as terríveis consequências da crise econômica, agravada pela crise política e pela pandemia, têm tomado o centro de nossa ação junto com os demais ramos que compõem o MSI: Construção, Vestuário, Alimentação e Químicos. Nesta jornada, temos demonstrado maior solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras desempregados e desempregadas, informais e desalentados, Reunião MSI e TID, Reunião de Planejamento do Macrosetor, faz parte da direção da CUT Nacional, Debate sindicalistas e embaixador Celso Amorim, Fórum da Indústria das Centrais Sindicais, Reunião da Executiva CNTV, Live SINDPRODEM, Abertura Seminário Indústria 4.0 UAW/CNM/CNTM/SMABC/SMABC, Live 1º de Maio no Sindprode;

149. • Debates de grande importância como: Debate sobre Novos Paradigmas Tecnológicos e Impactos na Indústria do Brasil e no Mundo do Trabalho, Discussão sobre Instrumentos de Negociação Coletivas e Financiamento Sindical, Debates sobre desafios para a Organização Sindical, Reunião de coordenação política do Macrosetor da Indústria da CUT e TID, Debate sobre Reforma e Liberdade Sindical, Seminário Futuro do Trabalho, diversas reuniões com o presidente Lula e presidenta Gleisi Hoffmann para tratar de questões relativas ao trabalhador metalúrgico, Live Projeções e Perspectivas de Luta Social no Brasil, Live Liberdade de Expressão e Privatização, Participou de oficinas sobre desenvolvimento regional na Escola Sindical Nordeste;

150. • Participou ativamente do debate com a FORD do Brasil, fazendo vários debates e lives sobre a situação dos trabalhadores. Participou de reuniões com a categoria em Taubaté, onde ficava localizada uma dessas fábricas para discutir a saída da Ford do Brasil;

151. • Participou do Fórum Social Mundial.

SECRETARIA GERAL

152. A Secretaria Geral tem por objetivo garantir a organização e a execução do planejamento estratégico, da Direção e das agendas das Secretarias, realizado após o Congresso da categoria, que visa o cumprimento das resoluções aprovadas. Assim, junto com os membros da executiva, acompanha o desenvolvimento das ações; também é responsável pela gestão interna do grupo de trabalhadores(as) da CNM/CUT no que diz respeito às tarefas de cada um.

153. Além disso, coube à Secretaria Geral as seguintes atribuições:

154. • Organizou e acompanhou os planejamentos estratégicos da CNM/CUT após o 10º Congresso (2019 e 2021) e monitorou, em conjunto com o secretariado, as ações propostas, adequando as agendas referidas à pandemia do Covid19;

155. • Acompanhou a gestão interna dos trabalhadores e trabalhadoras da CNM/CUT no trabalho Home Office;

156. • Organizou, quinzenalmente, as reuniões de agenda da executiva com relatórios dos encaminhamentos;

157. • Organizou as reuniões estatutárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretivo e da Direção Executiva.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

158. A partir das dificuldades impostas pela Reforma Trabalhista, as estruturas sindicais têm encontrado dificuldades imensas para conseguir manter a luta política. A Secretaria de Administração e Finanças da CNM/CUT, além de instituir a contribuição financeira solidária dos sindicatos, tem equilibrado as despesas, tendo que fazer escolhas nada fáceis para que a entidade possa sobreviver: redução da equipe, da infraestrutura da sede, da carga horária de diversos serviços, de atividades, do número de carros para diretores, de viagens e de custos em geral. As contribuições solidárias dos sindicatos e as contribuições estatutárias são as duas únicas fontes de manutenção da Confederação. Reuniões online foram feitas com os sindicatos com o objetivo de fazer esse debate.

- 159.** Desde 2019 a CNM/CUT iniciou uma série de reuniões:
- 160.** • Organizamos uma série de reuniões e análise de conjuntura com a direção e diversas entidades no sentido de discutir e planejar um futuro pós reforma trabalhista;
- 161.** • Organizamos a gestão financeira das ações contidas no planejamento estratégico da CNM/CUT após o 10º Congresso;
- 162.** • Organizamos, em conjunto com a secretaria geral, as reuniões estatutárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretivo e da Direção Executiva;
- 163.** • Realizamos trabalho contínuo de aproximação dos sindicatos sobre a importância da transparência na gestão administrativa e financeira para fortalecimento da ação sindical;
- 164.** • Subsidiámos sindicatos e federações na organização e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 165.** • Permanecemos com a política de contrapartidas solidárias dos Sindicatos e Federações nas inscrições dos cursos, seminários e atividades de formação em geral da CNM/CUT;
- 166.** • Criamos formas alternativas para organização e execução de nossas atividades, investimos em redes sociais e equipe de comunicação, utilizamos formas mais modernas de reuniões online, aplicativos como o Blue Jeans, e reduzimos gastos com passagens aéreas e hospedagens;
- 167.** • Redimensionamento de utilização de equipamentos e materiais.

CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO

- 168.** • Realizamos Plenárias da Campanha de Negociações coletivas 2019, 2020 e 2021;
- 169.** • Articulamos a manutenção das cinco (5) cláusulas do CCNT;
- 170.** • Retomamos, através do Coletivo de Igualdade Racial, o processo de construção de uma cláusula padrão de equidade racial para negociações nacionais;
- 171.** • Articulamos a renovação do acordo coletivo nacional de PLR da empresa Thyssenkrupp Elevadores;

172. • Elaboração e acompanhamento da negociação de um Acordo Coletivo nacional para o Segmento Siderúrgico;

173. • Participação no Curso de formação e capacitação sindical do Macrossetor da Indústria da CUT, em parceria com o Solidarity Center. Curso realizado nas regiões: Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste: Módulos: Organização sindical, Negociação coletiva e Comunicação. A CNM/CUT participa através da sua assessoria na composição da equipe pedagógica e com o Solidarity Center. Curso realizado nas regiões: Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste: Módulos: Organização sindical, Negociação coletiva e Comunicação.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, REDES, COMITÊS E DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL:

174. • Participação no 13º CONCURT “Lula Livre”;

175. • Criação da rede STELLANTIS, em decorrência do grupo Stellantis, fruto da fusão da FIAT/Chrysler/Jeep com o grupo Peugeot/Citroen. Estamos incorporando a CNTM na composição desta rede;

176. • Participação na Videoconferência da Rede Tenaris - Ternium;

177. • Participação na reunião do Comitê Internacional da Arcelor Mittal;

178. • Participação nas reuniões do Grupo de Paris IndustriALL;

179. • Participação em reunião Mulheres da IndustriALL America Latina e Caribe;

180. • Participação em reunião sobre Projeto de Gênero da IndustriALL;

181. • Atividade de organização com a Juventude do CSE da Volks; em decorrência do Projeto da IndustriALL Formação para jovens lideranças - FES;

182. • Participação em atividade sobre Reforma e Liberdade Sindical;

183. • Participação na Conferência Mundial de Mulheres da IndustriALL - Genebra;

- 184.** • Live CNM/CUT Entrevista: Transformações no sistema sindical e desafios da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- 185.** • Live: O papel dos trabalhadores e das trabalhadoras nas eleições de 2020;
- 186.** • Participação nas Reuniões de mulheres da IndustriALL;
- 187.** • Live: Voces de Nuestra América;
- 188.** • Live: 29 anos da CNM/CUT;
- 189.** • Carta de repúdio às práticas antissindicais no Canadá, UNIFOR;
- 190.** • Carta de solidariedade à USW, referente a planta da Arcelor no Alabama – EUA.

SEGMENTOS:

- 191.** • Realização de Encontros específicos, presenciais e virtuais, dos segmentos: Eletroeletrônico, Automotivo e Siderúrgico da CNM/CUT;
- 192.** • Realização do Encontro virtual nacional dos segmentos da CNM/CUT;
- 193.** • Participação na videoconferência do Segmento Eletroeletrônico da IndustriALL;
- 194.** • Realização de Reunião Extraordinária do Segmento Automotivo da CNM/CUT – Fechamento das plantas da FORD;
- 195.** • Participação no grupo de trabalho da IndustriALL para elaboração de uma ação sindical para transição justa - Segmentos Automotivo e Siderúrgico;
- 196.** • Participação no 1º e 2º Seminário Temático Regional do Setor Automotivo-Mobilidade da IndustriALL;
- 197.** • Participação no 1º e 2º Seminário Temático Regional do Setor de Metais básicos da IndustriALL;
- 198.** • Participação no Webinar sobre Plataforma Sindical Internacional ao Longo da Cadeia de Fornecimento de Baterias;

199. • Desenvolvimento de um grupo de estudo permanente da Indústria, com os(as) coordenadores(as) dos segmentos da CNM/CUT e com os(as) coordenadores(as) das redes sindicais metalúrgicas.

INDÚSTRIA:

200. • Organização e participação nos encontros virtuais do Macrossetor da Indústria da CUT: Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Minas Gerais;

201. • Construção e participação do Encontro Nacional do Macrossetor da Indústria;

202. • Participação e parte da equipe pedagógica do Curso de Formação e Capacitação Sindical do Macrossetor da Indústria da CUT, em parceria com o Solidarity Center. Curso realizado nas regiões: Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste: Módulos: Organização sindical, Negociação coletiva e Comunicação;

203. • Organização e participação no lançamento da IndustriALL Brasil;

204. • Encontro Virtual Experiências Organizacionais de Macrossetores da Indústria na América Latina;

205. • Participação no Seminário aberto: Transformação no Mundo do Trabalho -IndustriALL;

206. • Participação no seminário temático Desafios para a Reindustrialização da América Latina e do Caribe - IndustriALL;

207. • Participação no seminário internacional sobre política comercial e industrial;

208. • Live CNM/CUT Entrevista: Reconversão Industrial e sua importância na vida d@s trabalhador@s.

POLÍTICAS GERAIS E PERMANENTES:

FORMAÇÕES:

209. • Participação na formação da IndustriALL: “Aproximação para construção de programas de educação sindical a distância”;

210. • Desenvolvimento do Ciclo de Estudos Virtuais da CNM/CUT: A LUTA ANTIRRACISTA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Com o Conselho Diretivo da CNM/CUT;

211. • Continuidade da Formação através da IndustriALL: Projeto de Jovens da DGB;

212. • Continuidade da Formação através da IndustriALL: Projetos de Jovens da FES: Formação para jovens lideranças;

213. • Oficina em Redes Sociais CNM: Uma formação presencial em Minas Gerais e mais uma integralmente virtual, “Redes sociais: 4.0”, através de plataforma digital, em âmbito nacional;

214. • Participação no Curso de formação e capacitação sindical do Macrossetor da Indústria da CUT, em parceria com o Solidarity Center. Curso realizado nas regiões: Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste: Módulos: Organização sindical, Negociação coletiva e Comunicação;

215. • Organização do Programa de Formação Metalúrgica: Realidades brasileiras – FMRB, na região sul do Brasil – 2 módulos. Parceria CNM/CUT, FEM RS, DEP. de Santa Catarina e Sindicatos metalúrgicos do Paraná, Escolas Sindical Sul e DIEESE;

216. • Desenvolvimento de um grupo de estudo permanente da Indústria, com os(as) coordenadores(as) dos segmentos da CNM/CUT e com os coordenadores(as) das redes sindicais metalúrgicas;

217. • Construção de uma Pesquisa junto à base metalúrgica. Parceria CNM/CUT e Instituto Lula.

COLETIVOS E PLENÁRIAS:

- 218.** • Encontro dos Coletivos da CNM/CUT no Acampamento Lula Livre – Curitiba – 2019;
- 219.** • Encontro virtual dos Coletivos da CNM/CUT – 2020;
- 220.** • Encontro virtual dos Coletivos da CNM/CUT – 2021;
- 221.** • Encontro de Comunicação dos(as) Metalúrgicos(as) da CUT;
- 222.** • 6ª Plenária Nacional de Mulheres Metalúrgicas “O tempo das mulheres não cabe no relógio do capital”;
- 223.** • Participação no Coletivo Nacional de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais;
- 224.** • Participação no Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT.

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS/FÓRUMS/CONFERÊNCIAS/ CONGRESSOS:

- 225.** • Participação na Roda de Conversa do Mês das Mulheres em Extrema – MG. Apresentação da CNM/CUT: “A mulher na história e o feminismo no Brasil, (des) naturalizando o racismo”;
- 226.** • Participação no Programa de Gerenciamento de Risco;
- 227.** • Mobilização e participação da Marcha das Margaridas 2019;
- 228.** • Participação no Encontro de Mulheres da CUT - Construindo ações coletivas frente ao desmonte de Políticas Públicas de Trabalho - Praia Grande;
- 229.** • Participação na 2ª reunião regional do projeto de gênero da Industrial – Bogotá;
- 230.** • Participação na Roda de Conversa da CUT, com Matilde Ribeiro, ex-ministra da Se-

cretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, durante o governo Lula;

231. • Participação nos Seminários regionais da Juventude da CUT;

232. • Participação na Celebração de Encerramento do 20º ENAFOR - Formação CUT Nacional, estaduais e Ramos;

233. • Participação no Webinar: “Riscos psicossociais, violência e assédio no local trabalho”;

234. • Participação na Audiência Pública em memória das vítimas de acidente e doenças do trabalho;

235. • Participação em Debate sobre Outubro Rosa - STIM Pernambuco;

236. • Mobilização e participação no 4º encontro das Mulheres Metalúrgicas de Joinville;

237. • Organização de um encontro de comunicação do ramo metalúrgico;

238. • Participação em Seminário online sobre tema: convênio 190 da OIT;

239. • Participação em Reunião de Mulheres Federação RS;

240. • Participação no Encontro Estadual de Mulheres CUT PB;

241. • Participação no Encontro Coletivo de Mulheres da CUT Nacional;

242. • Participação na Campanha do Dia Internacional da Não Violência Contra Mulheres, entre sindicalistas da CNM/CUT, CNQ e Industrial;

243. • Participação no Seminário Nacional: “Democracia, direitos humanos e segurança na ação sindical da CUT”;

244. • Participação em atividade nacional das mulheres do MAB – Movimento dos atingidos por barragens;

245. • Mobilização no Curso de Mulheres da FEM SP;

246. • Participação da CNM/CUT como proponente da Programação do FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2021: Plenária CNM/CUT: “Previdência Social Pública e da Classe Trabalhadora”;

- 247.** • Participação das reuniões do Coletivo Nacional de Comunicação da CUT;
- 248.** • Organização do Seminário de Direitos Humanos e Necropolítica, encaminhamento do encontro dos coletivos da CNM/CUT;
- 249.** • Participação no debate de Comunicação e Política na Era Digital: entre Mitos e Fatos;
- 250.** • Participação no Seminário Democracia, Segurança e Direitos Humanos no Movimento Sindical;
- 251.** • Participação na 1ª Conferência Ibero-Americana de emprego apoiado;
- 252.** • Reunião sobre Reforma e Liberdade Sindical;
- 253.** • Participação do Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC);
- 254.** • Participação na 23ª Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
- 255.** • 15ª Reunião da Comissão Permanente de direito ao trabalho, à educação e seguridade social do CNHD;
- 256.** • Participação no grupo para construção do Almanaque LGBT;
- 257.** • Participação em reuniões online com Federações para discutir as Políticas Sociais das Federações e os(as) representantes no coletivo LGBT da CNM/CUT;
- 258.** • Participação no Seminário: “Os impactos da Pandemia na saúde mental do trabalhador”;
- 259.** • Participação no Seminário LGBT e o mundo do trabalho - APEOESP;
- 260.** • Participação 1ª Conferência Ibero-Americana sobre emprego apoiado UFABC;
- 261.** • Participação 2º seminário Nacional - democracia, direitos humanos e segurança na ação sindical;
- 262.** • Participação no VII Fórum Brics Sindical: o futuro do trabalho, os direitos sociais, o multilateralismo e a importância dos Brics no contexto global.

LIVES:

Lives CNM/CUT Entrevista:

- 263.** • Como a Pandemia impacta a comunidade LGBTQI+?
- 264.** • Ensino a distância: Inclusão ou Exclusão?
- 265.** • A política de Morte do Governo Bolsonaro: Raça e classe como alvos;
- 266.** • O futuro da juventude trabalhadora diante da Crise política e pandêmica;
- 267.** • O adoecimento da classe trabalhadora em tempos de Pandemia: O impacto na saúde mental;
- 268.** • Mulheres na Pandemia: Sobrecarga reflete desigualdades de gênero;
- 269.** • A importância da comunicação digital e como combater seu lado perverso;
- 270.** • Live: “Fala Juventude Metalúrgica!”, realizada pela juventude metalúrgica de Pernambuco, com o apoio da CNM/CUT (tarefa do Coletivo de Juventude da CNM/CUT);
- 271.** • Live Direitos Humanos e acidente de trabalho;
- 272.** • Live: Impactos do coronavírus na comunidade LGBT.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES:

- 273.** • Participação em reuniões do Conselho de trabalhadores(as) do Sistema S – Senai e Sesi;
- 274.** • NR12;
- 275.** • Audiência Pública NR 09;
- 276.** • Audiência Pública NR 07;
- 277.** • Audiência Pública NR 17;
- 278.** • Participação na CTPP - Comissão Paritária e Permanente e CTT das NR's 4, 6. Anexo 3 N15, 34 e PGR - programa geração de riscos.

AÇÕES DIRETAS E DE SOLIDARIEDADE:

279. • Atos de rua com a presença dos metalúrgicos e metalúrgicas pelo Brasil no início da Pandemia “Fora Bolsonaro”;

280. • Ações de solidariedade dos metalúrgicos e metalúrgicas pelo Brasil (arrecadação de alimentos, roupas e itens de higiene, *Drive Thru* solidários).

CAMPANHAS DESENVOLVIDAS PELA CNM/CUT:

281. • Etapa 1: SINDICATO É PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA!

282. • Etapa 2: SINDICATO É PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA + FORA BOLSONARO;

283. • Campanha do Mês da Consciência Negra e Lançamento do Instagram da CNM/CUT. “Campanha Histórias não contadas”;

284. • Ação sobre o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e o papel do movimento sindical nessa luta.

CARTAS DE SOLIDARIEDADE, PESAR, REPÚDIO:

285. • Nota de pesar da CNM/CUT pelo falecimento do companheiro Kjeld Jakobsen, ex-secretário de Relações Internacionais da CUT e ex-presidente da CUT São Paulo;

286. • Nota de pesar pelo falecimento da companheira Lucy Paulino Aguiar, que foi diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, integrou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nos governos Lula e Dilma e fez parte da direção da CNM/CUT e estruturou o até então departamento de gênero na entidade.

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I: DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Plenária Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT é órgão soberano e deliberativo da Confederação Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT, entidade da estrutura vertical da CUT, representante dos (as) metalúrgicos (as) Cutistas em todo o território nacional e nas suas relações e ações internacionais.

Art. 2º - A Convocação da Plenária Nacional, elaborada em consonância com os estatutos da CUT e da CNM, foi aprovada consensualmente pela Direção Executiva da CNM/CUT, em reunião virtual através da plataforma Blue jeans, realizada nos dias 8 e 9 de abril e enviada a todos os sindicatos filiados, federações, oposições reconhecidas e membros natos das instâncias da CNM/CUT e da CUT.

Art. 3º - Com base nas conjunturas política e econômica nacionais, além da atual situação da indústria brasileira, a Plenária Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT tem o seguinte temário:

- Conjuntura Nacional, Internacional;
- Balanço da gestão - período de 2019-2021;
- Mapeamento do ramo metalúrgico: representação sindical, emprego e perfil do trabalhador;
- Plano de Lutas e ações da CNM/CUT para o próximo período.

CAPÍTULO II: DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A Plenária Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CNM/CUT será realizada nos dias 14 e 15 de outubro de 2021, de forma virtual através da plataforma Zoom, tendo como Coordenador Geral o Secretário Geral da CNM/CUT, Loricardo de Oliveira.

CAPÍTULO III: DOS (AS) PARTICIPANTES

Art. 5º - Participam da Plenária Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT:

- I.** Os Sindicatos dos (as) Metalúrgicos (as) filiados à CUT, em dia com suas obrigações estatutárias, através de seus delegados (as);
 - II.** As oposições aos sindicatos de metalúrgicos (as), reconhecidos (as) pela CUT, CNM/CUT e FEM's, através de seus delegados (as);
 - III.** Dirigentes de sindicatos onde haja composição entre a CUT e outras Centrais Sindicais, através de seus observadores (as);
 - IV.** Os membros da Direção Executiva da CNM/CUT, na qualidade de delegados (as) natos (as);
 - V.** Os membros da Executiva Nacional da CUT, vinculados à categoria metalúrgica na situação de natos.
- § Único** - As delegações dos sindicatos e das oposições reconhecidas deverão ser eleitas de acordo com os critérios estabelecidos na Convocação da Plenária.

CAPÍTULO IV: DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º - A Secretaria da Plenária Nacional efetuará o credenciamento dos (as) delegados (as), através da autorização para a entrada na sala da plataforma ZOOM, conforme inscrição realizada nos prazos determinados pela convocação da plenária. Tal credenciamento poderá ser realizado até às 12 horas do dia 15 de outubro de 2021, (quinta-feira), período este improrrogável para o credenciamento dos (as) delegados (as) inscritos (as).

§ 1º - O credenciamento dos (as) suplentes a delegados (as) ocorrerá no período entre 14h e 16h, do dia 14 de outubro de 2021, período este também improrrogável.

§ 2º - Qualquer suplente poderá ser credenciado (a) no período dos (as) delegados (as) efetivos (as) desde que apresente carta do delegado (a) efetivo (a), com visto do responsável pela delegação, comunicando por escrito a sua impossibilidade de participar da Plenária.

§ 3º - Para o credenciamento do (a) suplente, será obedecida a ordem crescente da lista da ficha de inscrição da delegação.

Art. 7º - O credenciamento do pessoal de apoio, observadores (as), convidados (as) nacionais, convidados (as) internacionais e imprensa, obedecerão a horários que serão determinados pela Comissão Organizadora, para que possam entrar na sala virtual da Plenária na plataforma Zoom.

Art. 8º - Cada delegado (a) é responsável pelo material recebido pelo e-mail informado no ato da inscrição, devendo, após conferi-lo, acusar tal recebimento por meio de resposta ao remetente, não havendo, em hipótese alguma, a possibilidade de reenvio do material.

CAPÍTULO V: DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º - A Plenária Nacional funcionará com as seguintes sessões:

- I.** Sessão de instalação da Plenária Nacional, com apreciação do regimento interno, exame dos recursos, caso existam;
- II.** Sessão Solene de Abertura;
- III.** Conjuntura nacional e internacional;
- IV.** Plenária sobre o Balanço da Gestão da CNM/CUT (2019-2021);
- V.** Plenária “Em Defesa da Democracia, do SUS do Emprego e Renda”;
- VI.** Mapeamento do ramo metalúrgico: representação sindical, emprego e perfil do trabalhador;
- VII.** Recomposição da Direção;
- VIII.** Apresentação do Plano de Lutas.

CAPÍTULO VI: DOS DOCUMENTOS DA PLENÁRIA ESTATUTÁRIA

Art. 10º - Constituem documentos da Plenária Nacional, para as discussões e aprovações dos textos, emendas e resoluções:

- I.** Caderno de Textos, elaborado a partir da reunião da direção executiva;
- II.** Emendas sobre todos os textos.

§ Único - Os textos que não serão submetidos à votação serão os textos de “Apresentação”, “Balanço da Gestão” e “Conjuntura”.

CAPITULO VII: DAS DISCUSSÕES

Art. 11º - As discussões terão sempre como objetivo a busca do consenso entre os (as) delegados (as), aprofundando os debates, com base nos documentos da Plenária Nacional.

Art. 12º - A dinâmica e os respectivos horários de funcionamento da Plenária Nacional, previstos no Cap. V, funcionarão de acordo com o Programa da Plenária Nacional.

Art. 13º - As discussões no plenário ocorrerão em relação aos seguintes temas:

- Conjuntura Nacional e Internacional;
- Evolução do emprego metalúrgico e perfil;
- Plano de Lutas - 10º Congresso;
- Balanço da gestão - período de 2019-2021;

Art. 14º - As discussões sobre cada um dos temas serão feitas com base no Caderno de Textos e adendos, apresentados pelos sindicatos, ou oposições, ou Federações e a própria Plenária Nacional, até às 13h, do dia 16 de setembro de 2021, através de e-mail da Secretaria Geral da CNMCUT, secretaria essa responsável pela coordenação da Plenária Nacional.

§ 1º - Os textos de Apresentação, Conjuntura e Balanço não estarão sujeitos às emendas. Os demais textos poderão sofrer emendas aditivas, substitutivas e/ou supressivas, desde que apresentadas por escrito em formulário próprio dentro do prazo estabelecido pela coordenação da Plenária Nacional.

§ 2º - Os (as) delegados (as) presentes poderão apresentar propostas de resolução, emendas ou sub-emendas ao texto desde que estejam subscritas por pelo menos 10 (dez) delegados (as) credenciados (as) provenientes de pelo menos 2 (duas) unidades federativas do Brasil (dois estados).

§ 3º - A cada emenda apresentada, a mesa verificará a existência ou não de posições contrárias na plenária. Em seguida, oferecerá a palavra para a posição em defesa da mudança do texto e outra em defesa da manutenção do texto. Se necessário, a mesa poderá oferecer a palavra para mais uma intervenção a favor e mais uma contrária. Em seguida, o presidente da mesa colocará a proposta da emenda em votação.

§ 4º - Quando uma emenda aprovada tiver uma ou mais sub-emendas, estas, da

mesma forma, serão discutidas e colocadas em votação.

§ 5º - Se a emenda for rejeitada integralmente, não haverá discussão nem votação da (s) sub-emenda (s), caso exista (m).

§ 6º - Não havendo mais qualquer emenda (s) ou sub-emenda (s) ao tema em pauta, a mesa considerará a discussão sobre o referido tema encerrada.

Art. 15º - As discussões sobre as emenda (s) ou sub-emenda (s) referentes às Propostas de Resoluções apresentadas à Plenária além do previsto no artigo anterior, se darão da seguinte forma:

I. Nos casos em que as propostas não constarem do Caderno de Textos e nem tiverem sido incluídas, deverá haver um acordo da mesa ou sorteio da ordem de apresentação das mesmas;

II. Para cada proposta de resolução apresentada à Plenária Nacional, poderá haver inscrição de 1 (um) (a) delegado (a) para explicar o seu objetivo e conteúdo, utilizando o tempo máximo de 3 (três) minutos. Havendo posições contrárias à proposta, a mesa oferecerá a palavra para uma intervenção contrária e uma a favor, pelo mesmo tempo anterior. Se necessário, a critério da mesa, poderá ser aceita mais uma inscrição contrária e uma a favor. Em seguida, o presidente da mesa colocará a proposta em votação;

III. Quando uma proposta de resolução aprovada tiver uma ou mais emendas, estas serão discutidas em seguida nas formas definidas neste regimento;

IV. Quando uma emenda a uma proposta de resolução for aprovada e existindo propostas de sub-emendas, estas passarão, em seguida, à discussão e votação, adotando-se o mesmo procedimento anterior.

Art. 16º - As discussões e votações de cada um dos temas deverão obedecer rigorosamente ao tempo estabelecido no programa da Plenária Nacional. Encerrando o tempo previsto, o plenário decidirá sobre os encaminhamentos dos pontos que não foram apreciados.

Art. 17º - Somente os (as) delegados (as) credenciados (as) terão o direito, além da voz, ao do voto que aprova ou rejeita nos textos, emendas, sub-emendas e propostas de resoluções, moções, sendo facultado à mesa autorizar o direito à voz e à votação simbólica por parte dos convidados, sempre que julgar conveniente ou for solicitada por 50% mais um dos delegados (as).

§ 1º - Para fazer uso da palavra, o (a) delegado (a) deve inscrever-se previamente,

através do dispositivo disponível da plataforma ZOOM: “Raise Hand”, a chamada “Mãozinha”, e aguardar a ordem de chamada pelo presidente da mesa;

§ 2º - Cada orador (a) terá o tempo máximo de 3 (três) minutos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um), a critério da mesa;

§. 3º - Cada orador (a) deverá inicialmente identificar-se dizendo seu nome e sindicato, ou oposição, ou instância da CNM/CUT ou CUT a que pertence.

Art. 18º - Caso algum orador fizer qualquer alusão que implique em juízo de valores sobre a conduta de algum delegado, a mesa poderá, a seu critério, conceder o direito de resposta pelo tempo máximo de 01 (um) minuto.

CAPÍTULO VIII: DAS VOTAÇÕES

Art. 19º - As votações serão realizadas de acordo com os seguintes critérios:

- I.** Cada delegado (a) terá direito a 1 (um) voto;
- II.** Não haverá voto por procuração;
- III.** Não serão aceitos, em hipótese alguma, questão de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação;
- IV.** As votações serão por aclamação, através do aplicativo ZOOM e será considerada vencedora a proposta que obtiver a maioria simples dos votos;
- V.** O tempo destinado para a votação será de 3 (três) minutos. Após esse período os votos serão apurados e apresentados a todos (as);
- VI.** Em caso de dúvida por parte da mesa coordenadora dos trabalhos sobre a proposta vencedora, repete-se a votação e, persistindo a dúvida, a mesa realizará a contagem dos votos;
- VII.** As declarações de voto sobre abstenções poderão ocorrer sempre por escrito e através do chat da plataforma ZOOM ou a critério da mesa diretora dos trabalhos, e serão lidas em plenário pela mesa.

CAPÍTULO IX: DA RECOMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º - No que se refere à recomposição dos cargos em vacância do Conselho Diretivo, a Plenária Nacional obedecerá todas as regras regulamentadas pelo Estatuto da CUT, estabelecidas em seu Capítulo IV, Seção I.

§ 1º - Para fins de cumprimento dos Estatutos da CNM/CUT, a Plenária Nacional elege os (as) dirigentes (as) membros da Comissão Organizadora, como Comissão Eleitoral desta Plenária;

§ 2º - As inscrições para concorrerem aos cargos vagos do Conselho Diretivo da CNM/CUT deverão ser realizadas até às 13h, do dia 15 de outubro de 2021;

§ 3º - Os (as) candidatos (as) deverão estar com seus nomes completos e com a identificação do sindicato ou oposição a que pertence o inscrito;

§ 4º - Não será permitida a inscrição de candidatos (as) não credenciados como delegados (as) à Plenária.

Art. 21º - O processo eleitoral se dará no dia 15 de outubro de 2021.

Art. 22º - Caso as discussões do tema em pauta não tenham sido concluídas dentro do tempo previsto, o presidente da mesa deverá suspender temporariamente os debates e abrir o processo de eleição para os cargos em vacância do Conselho Diretivo da CNM/CUT de acordo com os seguintes critérios:

I. O presidente da mesa informará quantos candidatos foram inscritos para cada cargo. Caso haja mais de um, o presidente definirá por sorteio a ordem da apresentação e defesa de cada um dos candidatos;

II. Caso haja apenas um nome apresentado para algum cargo vago, e havendo discordância do plenário, proceder-se-á a aprovação ou rejeição desse nome, podendo o cargo permanecer vago;

III. A defesa poderá ser feita por mais de um orador (a), desde que não ultrapasse o tempo de 5 (cinco) minutos.

Art. 23º - A votação para a eleição dos cargos em vacância do Conselho Diretivo da CNM/CUT se dará por votos dos (as) delegados (as), utilizando os mesmos critérios descritos no Art. 19º deste regimento.

CAPÍTULO X:

DAS MESAS COORDENADORAS DOS TRABALHOS

Art. 24º - As mesas que coordenarão os trabalhos serão compostas pelo (a) presidente, vice-presidente e 1 (um) secretário (a) indicados pela coordenação da Plenária Nacional ad referendum do plenário de instalação dos trabalhos, podendo para cada tema ou conjunto de temas ser eleita uma única mesa.

Art. 25º - Cada mesa poderá contar com assessores (as) que ajudarão nos trabalhos, a serem indicados pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO XI:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - As concessões aos pedidos de “QUESTÕES DE ORDEM” serão decididas pela mesa, podendo esta, a seu critério, consultar a plenária. As “QUESTÕES DE ORDEM” somente poderão se referir exclusivamente à ordem dos trabalhos.

CAPÍTULO XII:

DAS MOÇÕES

Art. 27º - Serão consideradas para discussão e deliberação da plenária as moções apresentadas por pelo menos 20% dos (as) delegados (as) credenciados.

Art. 28º - O conteúdo das moções devem considerar as definições e deliberações da CNM/CUT, bem como o que até o momento de sua apresentação já tiver sido aprovado na Plenária Nacional.

Art. 29º - As moções deverão ser encaminhadas à mesa até às 12h, do dia 15 de outubro de 2021.

CAPÍTULO XIII: **DOS RECURSOS PARA O CREDENCIAMENTO DE DELEGAÇÕES**

Art. 30º - Os recursos às decisões da Comissão Organizadora, referentes ou não ao credenciamento de qualquer delegação à Plenária Nacional, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

- I.** Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora da Plenária Nacional;
- II.** As justificativas deverão ser apresentadas por escrito e assinadas pelo sindicato, pela oposição ou federação;
- III.** Para efeito de julgamento, a Comissão Organizadora seguirá o calendário estipulado na Convocação, com eventuais adaptações que tenham sido introduzidas durante o percurso.

Art. 31º - Os recursos contrários à decisão da Comissão Organizadora sobre o credenciamento ou não de qualquer delegação deverão proceder-se da seguinte forma:

- I.** Os recursos deverão ser apresentados, por escrito, à mesa até o horário em que se encerrar a votação deste regimento, com as devidas justificativas, não podendo ser apresentados recursos que não tenham sido já julgados pela Comissão Organizadora;
- II.** A mesa deverá encaminhar a discussão dos recursos apresentados da seguinte forma:
 - a)** A Comissão Organizadora da Plenária Nacional deverá apresentar, de forma resumida, os motivos pelo não credenciamento ou credenciamento da delegação em questão;
 - b)** A mesa oferecerá a palavra para 1 (um) representante da delegação por 3 (três) minutos que deverá proferi-la em defesa pelo credenciamento;
 - c)** Os mesmos 3 (três) minutos serão oferecidos em defesa da posição contrária ao credenciamento da delegação em questão;
 - d)** A seguir, proceder-se-á a votação.

CAPÍTULO XIV: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º - Em virtude dos efeitos da Pandemia da Covid-19, ficam ratificadas a convocação e a realização da Plenária em ambiente virtual.

Art. 33º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora “ad-referendum” do Plenário.

Art. 34º - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pelos (as) delegados (as) da Plenária Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT.

EXPEDIENTE

DIREÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS DA CUT **| Gestão 2019 - 2023 |**

Presidente - Paulo Aparecido Silva Cayres

1ª Vice-presidenta - Catia Maria Braga Cheve

2ª Vice-presidente - Tiago Almeida do Nascimento

Secretário Geral - Loricardo de Oliveira

Secretário de Administração e Finanças - Edson Carlos Rocha da Silva

Secretária de Comunicação - Heraldo Silva Ferreira

Secretária de Formação - Renato Carlos de Almeida

Secretária de Igualdade Racial - Christiane Aparecida dos Santos

Secretário de Juventude - Nicolas Souza Mendes

Secretária de Mulheres - Marli Melo do Nascimento

Secretário de Organização - Roberto Pereira de Souza

Secretário de Política Sindical - Wilton Gonçalves Lima

Secretária de Políticas Sociais - Kelly Cristina de Andrade Galhardo

Secretário de Relações Internacionais - Maicon Michel Vasconcelos da Silva

Secretário de Saúde - Ricardo de Souza Ferreira

DIRETORIA

Adriano Souza Filippetto

Claudio Batista da Silva Junior

Claudir Messias Rosa

Djalma da Silva Pinheiro

Edmaria Messias Ramos

Elizangela Valeria da Silva

Francisco de Araujo Lima

Francisco Irailson Nunes Costa

Hebert Braz do Carmo

Jorge Luis Ramos

José Gilson Leandro da Silva

Katy Anne Pinto da Silva

Lindalva Linhares da Silva Martins

Marcondes Frontório

Marcio Bonotto

Margareth da Silva Gonçalves

Maria Elenir da Silva Ribeiro

Osvair Antônio de Oliveira Diniz

Rodolfo de Ramos

Simone Ribeiro Peixoto

CONSELHO FISCAL E SUPLÊNCIA

Antônio Marcos Martins

Cristina Aparecida Neves

Tereza Aparecida Oliveira

Jenifer Brun dos Santos - Suplente

José Quirino dos Santos - Suplente

Sávio André dos Santos - Suplente

EXPEDIENTE

COMISSÃO ORGANIZADORA DA PLENÁRIA ESTATUTÁRIA 2021 DA CNM/CUT

Loricardo de Oliveira – Secretário Geral (Coordenação)
Paulo Aparecido Silva Cayres – Presidente
Marli Melo do Nascimento – Secretária da Mulher
Edson Carlos Rocha da Silva – Secretário de Administração e Finanças
Heraldo Silva Ferreira – Secretário de Comunicação
Roberto Pereira de Souza – Secretário de Organização
Christiane Aparecida dos Santos – Secretária de Igualdade Racial
Fábio Dias de Souza (FIMETAL / NE)
Marco Antônio de Jesus (FEM / MG)
Enio Santos (FEM / RS)
Luiz Carlos da Silva Dias (FEM / SP)

ELABORAÇÃO

Equipe de Assessoria da CNM/CUT, José Lopes Feijó e Subseção do DIEESE da CNM/CUT.

EXPEDIENTE CNM/CUT

Secretaria

Eva Gomes de Sousa

Secretaria de Administração e Finanças

Bruno José de Oliveira
Marcello Leal Braga Godoy
Lindomar de Souza Araújo (Lia)

Coordenação: Vera Lucia de Carvalho Izuno

Assessoria

Fernando Augusto Moreira Lopes
Milena Guesso Leão de Lima
Vera Lucia de Carvalho Izuno

Coordenação: Loricardo de Oliveira

Assessoria de Imprensa

Edson Rimonatto
Érica Aragão

Subseção do DIEESE

Renata Miranda Filgueiras



Avenida Antártico, 480 - Jardim do Mar
CEP: 09726-150 - São Bernardo do Campo - SP - Brasil
Telefone: (55) 11 4122-7700
www.cnmcut.org.br